



Democracia 4: O Brasil precisa de uma nova estratégia

Lula e Mefistófeles

Norman Gall

Este ensaio foi escrito durante uma das mais graves crises políticas no Brasil desde a queda do regime democrático, no início dos anos 1960, agora com revelações sem precedentes de corrupção no Congresso e no ramo executivo do governo. Embora as instituições democráticas e a economia estejam muito mais fortes hoje e a perspectiva de retorno a um governo militar seja remota, os problemas atuais expuseram defeitos flagrantes no sistema de representação política, que tendem a enfraquecer a confiança na democracia. Os resultados da crise atual ainda são imprevisíveis. Não obstante, o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial acredita que pode ser útil, neste momento, analisar os contornos gerais destas dificuldades e as questões de longo prazo nelas encerradas. Dividimos este ensaio em três partes: (1) os fatos e causas da crise atual; (2) análise da viabilidade e vantagens estratégicas do Brasil, e (3) propostas para vencer as fragilidades institucionais.



1. A guerra dos cupins

“Cidadãos do Brasil que me ouvem, senadores, deputados”, começou Mefistófeles numa sessão de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a corrupção, com transmissão nacional pela televisão.

“Peço licença para dizer que apesar de estarmos em um teatro de lutas, de idéias, teatro político, não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista. Se me julgam assim, queria pedir desculpas por tentar fazer as colocações que faço na condição de pessoa física, deixando de lado qualquer pendor, qualquer veia vocacional ou artística que eu possa ter ou que tenham qualquer um dos senhores. (...) Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato. Já passei dele. (...) Ninguém vai me colocar de joelhos com o rabo entre as pernas. Ninguém vai me acanhar. Não faço papel de herói, porque não sou melhor que os senhores, sou igual. Não faço papel de vilão porque não sou, porque os senhores e senhoras não são melhores do que eu”.

Mefistófeles, o arcanjo da corrupção, encerrou a sessão às 2 da madrugada com um riso infernal. Ao longo dos séculos, já assumiu muitas formas e identidades. Em sua encarnação atual, ele vestiu a identidade de um deputado de 51 anos do Rio de Janeiro, Roberto Jefferson Monteiro Francisco, ex-apresentador de televisão que andava armado, cantor amador de árias de ópera e melodias napolitanas cujas acusações, enfeitadas com pausas e floreios teatrais, desencadearam um escândalo político que quase destruiu o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu Partido dos Trabalhadores (PT). A nação o ouviu com a respiração suspensa. Como que para comprovar a autenticidade de suas palavras, Jefferson, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), confessou que tinha negociado pagamentos totalizando 20 milhões de reais de dirigentes do PT em nome do PTB, mas acrescentou, indignado, que recebera apenas R\$4 milhões em dinheiro vivo na primeira e única prestação dos pagamentos feitos em malas de dinheiro. Mestre do português grandiloquente e também do linguajar de

esgoto, Mefistófeles, com gestos teatrais, destacou o código de honra da política, declarando que, se o governo tivesse cumprido o prometido e não o tivesse traído, ele teria mantido silêncio. Suas denúncias acabaram desencadeando uma enxurrada de revelações de fraude, lavagem internacional de dinheiro, financiamentos ilegais de campanhas eleitorais, compra de votos de parlamentares, contratos governamentais ilícitos e o roubo de grandes somas de prefeituras e de bancos, grandes empresas e seguradoras pertencentes ao governo federal, além de investimentos muito suspeitos feitos por fundos de pensão ligados ao setor público.

A essência da antiga lenda de Fausto consiste no fato de ele ter perdido a noção de seus limites. Cada perda desse tipo é paga com um preço próprio. Conta a história que Fausto era um mago e charlatão que negociou com o Diabo para ganhar poderes sobre-humanos pelo prazo de 24 anos, período após o qual Mefistófeles, um dos sete príncipes do Inferno, vem reivindicar a alma de Fausto para a condenação eterna. A lenda evoluiu ao longo dos últimos cinco séculos, em livros de histórias populares, espetáculos de marionetes, dramas trágicos, poemas, óperas, sinfonias, romances modernos e filmes. No poema clássico de Goethe, Mefistófeles pergunta a Fausto:

*Por que entras num pacto conosco se não o podes conduzir até o fim?
Fomos nós que nos forçamos sobre ti, ou tu que te sobrepujaste a nós?*

Em sua versão brasileira mais recente, a lenda de Fausto está se manifestando, nos inquéritos parlamentares e nas denúncias feitas à imprensa, sob a forma de negociatas perversas que buscavam poderes aumentados para Lula e o PT



Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

Associado à Fundação Armando
Alvares Penteadó (FAAP)
Rua Ceará, 2 - 01243-010
São Paulo, SP - Brasil
Tel: (55 11) 3824-9633 Fax: 3825-
2637
e-mail: ifbe@braudel.org.br
www.braudel.org.br

Conselho diretor: Rubens Ricupero (presidente), Antônio Carlos Barbosa de Oliveira (vice-presidente), Alexander Bialer, Roberto de Oliveira Campos Neto, Eliana Cardoso, Getúlio Pereira Carvalho, Claudio de Moura Castro, Maria Helena Guimarães de Castro, Roberto Teixeira da Costa, Francisco Gros, Antônio Corrêa de Lacerda, Viveka Kaitila, Miguel Lafer, Roberto Macedo, Luis Alberto Machado, Felícia Madeira, Marcelo Basílio de S. Marinho, Mailson da Nóbrega, Maridite Cristóvão Oliveira, Antônio Carlos Pereira e Rick Waddell.

Diretor executivo: Norman Gall
Coordenadores: Patricia Mota Guedes e Nilson Vieira Oliveira

Patrocinadores

AmBev
Banco Real ABN AMRO
BASF
Bradesco
Brascan
Brasmotor
British Gas/Comgas
Coinbra
Esteve
Fosfertil
Fundação Filantrópica Safra
Fundação General Electric
Fundação Tinker
Fundação Vitae
FutureBrand
Instituto Unibanco
Ipiranga
Itaú
Klabin
Moore Stephens Auditores
Natura
Nestlé
Philips
Pirelli
Santander Banespa
Siemens
Souza Cruz
Springer
Voith Siemens Hydro Power

Braudel Papers

Editor: Norman Gall

Editores assistentes: Nilson Vieira Oliveira, Patricia Mota Guedes e Kleber Oliveira.

Braudel Papers é uma publicação do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Todos os direitos reservados ao Instituto Fernand Braudel (2005)

e que se provaram inúteis, ameaçando jogar por terra uma carreira espetacular, além dos sonhos de estabelecer para o PT uma hegemonia de longa duração. O meio pelo qual se buscava essa hegemonia era um esquema de propinas e desvios de fundos do Estado através de empréstimos e contratos governamentais fraudulentos, enquanto os políticos, corroíam a estrutura e legitimidade da democracia brasileira, como cupins.

“Os irmãos Marx”

As esperanças inspiradas por Lula desabaram num grande espetáculo de corrupção, degradação e atuações farsescas. Consta que o arquiteto desse espetáculo seria José Dirceu de Oliveira e Silva, o ex-homem forte do governo de Lula. Também mudando identidades como o Mefistófeles original, Dirceu era líder estudantil revolucionário na chamada “geração de 1968” que se opôs à ditadura militar; agente da inteligência cubana depois de passar por cirurgia plástica enquanto viveu no exílio em Havana; uma carreira clandestina como dono de uma loja de roupa masculina numa pequena cidade do Paraná, entre 1995 e 2005, presidente do PT e, mais tarde, ministro chefe da Casa Civil, a quem Lula chamava de “capitão de meu time”. Incendiário inflexível, tenso e autoritário, Dirceu construiu a organização do PT e depois assumiu a gestão do dia-a-dia do governo, desenvolvendo a estratégia fracassada de subornar pequenos partidos de direita para garantir uma maioria operacional no Congresso. Os resultados dessa estratégia foram tão desastrosos que, segundo um observador, “talvez o marxismo defendido por José Dirceu fosse baseado na obra dos irmãos Marx, não em Karl Marx”. Nas sessões do Comitê de Ética da Câmara do dia 14 de junho, transmitidas pela televisão, Roberto Jefferson acusou Dirceu de comandar os esquemas de corrupção e lhe disse, peremptório: “Sai daí rápido, Zé”, para salvar Lula da desgraça. Dois dias mais tarde, Dirceu apresentou sua renúncia. Dois meses depois, em outra audiência da CPI, Dirceu negou a afirmação de Roberto Jefferson de que o ministro-chefe tivesse autorizado representantes do PT e do PTB a viajar a Lisboa para organizar um esquema de suborno com a Portugal Telecom. Mefistófeles respondeu em tom melodramático: “Tenho medo de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência provoca em mim os instintos mais primitivos. Tenho medo das consequências.”

Dia após dia, semana após semana, o desfile de corrupção e bufonaria, com suas muitas ramificações, vem golpeando a auto-estima da sociedade brasileira. A mídia vem se mostrando implacável. O Jornal Nacional da TV Globo, vem transmitindo meia hora de escândalos por noite para 30 milhões de residências em todo o país. Os grandes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro têm dedicado 10 ou 12 páginas por dia aos escândalos. As três revistas semanais de notícias competem furiosamente por furos. “A gente conquista leitores com informações exclusivas, e o número de leitores não é tão grande assim”, comentou um editor. “De modo que essa coisa toda está ficando febril e adquirindo uma dinâmica própria.” As figuras-chaves da CPI se tornaram tão famosas quanto os astros e estrelas de telenovelas. Os telefones nas salas de corretagem dos grandes bancos silenciavam enquanto Mefistófeles vomitava suas acusações nas audiências da CPI. As pessoas nas grandes cidades passaram a acompanhar as audiências compulsivamente ouvindo seus walkmans, nos ônibus lotados. Esta é a primeira crise política do Brasil na era digital, com blogs na Internet, correntes enviadas por e-mail e sites como www.e-indignacao.com.br, que já reuniu as assinaturas de 503 mil pessoas para uma “passeata virtual” de protesto até Brasília. A descrença e a indignação dos 53 milhões de brasileiros que votaram em Lula deram lugar ao sentimento de frustração diante da ausência de solução política.

“Nós, o povo brasileiro, estamos profundamente abalados e indignados”, escreveu o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, que, na década de 1970, quando era bispo em São Bernardo do Campo, ajudou a impulsionar

a carreira do jovem Lula como líder sindical e político, além de auxiliar na formação do PT. “Queremos [a Igreja] contribuir para que o povo não perca a esperança nem apele para o cinismo, nesse momento de desencanto e de indignação diante de políticos corruptos, que ameaçam um governo tão esperado e festejado pela maioria da população que o elegeu e se orgulhou, com razão, por ter levado ao poder presidencial um metalúrgico, um torneiro mecânico, portanto, alguém das camadas populares.”

Pressionados pelas revelações contínuas da mídia, três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) estão promovendo audiências e recebendo enxurradas de provas documentais de registros bancários e telefônicos obtidos com autorização judicial, das autoridades da Receita e de investigações da Polícia Federal e de vários promotores. As CPIs não possuem funcionários e orçamentos próprios para processar todas essas informações; em lugar disso, dependem de especialistas emprestados pelo Banco Central e agências do governo.

Uma CPI brasileira, difundida nacionalmente pela televisão, difere em muitos pontos dos inquéritos parlamentares realizados em outras democracias. O presidente e o relator da CPI ficam sentados numa mesa principal, juntamente com a testemunha e o advogado dela, de frente para uma multidão barulhenta de senadores e deputados que conversam uns com os outros, falam ao celular e se esforçam para aparecer na televisão, num ambiente que muitas vezes lembra uma sala de aula agitada. Cada CPI é composta de representantes dos 18 partidos no congresso e seus suplentes, num total de mais ou menos 70 pessoas. As audiências muitas vezes duram de 10 a 12 horas, em função das perguntas repetitivas e do fato de os legisladores fazerem questão de utilizar seus 10 ou 15 minutos de tempo previsto para fazer discursos.

Tudo isto teria descambado para o caos, não fossem a pressão da opinião pública e a dedicação de alguns poucos parlamentares-chaves, especialmente jovens ex-promotores que ganharam destaque na política nacional nessas audiências difundidas pela televisão. Osmar Serraglio, o relator paciente e metucioso que redigiu as acusações contra 18 deputados envolvidos nos escândalos de pagamento de propinas, disse que a cassação deles depende “das circunstâncias do momento, quando as acusações são julgadas pelo voto da Câmara inteira. Alguma coisa que aconteça nesse dia pode transformar a situação. Historicamente, a cassação de 18 deputados é algo que nunca antes aconteceu. Mas isso é pouco, se acreditarmos que 150 receberam dinheiro”, algo que só seria revelado “se ocorresse um fato novo, um outro Roberto Jefferson”.

A indignação pública se alimenta do medo de que os escândalos terminem em pizza. Pressões estão sendo aplicadas para que os deputados escapem de ter seus mandatos cassados, o que implica em oito anos durante os quais são proibidos de candidatar-se a eleições. Dirigentes ameaçados de expulsão vêm ameaçando “abrir o bico” se não forem absolvidos, envolvendo dezenas de outros. A expulsão de deputados pela Câmara plena é decidida pelo voto secreto, o que gera espaço para pactos entre partidos e para que acusados consigam passar sem prestar contas de seus atos. Mas muitos políticos relutam em enfrentar a fúria pública que tal resultado poderia desencadear. Um político atingido por essa fúria foi Severino Cavalcanti, 74 anos, conservador, da pequena cidade de João Alfredo, no interior do Pernambuco, que foi inesperadamente eleito presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2005, no meio da confusão gerada pela inépcia do governo em administrar suas relações com o Congresso—já que perdeu votos-chaves, apesar de ter subornado vários deputados. Controlando a agenda da Câmara, Severino manobrou de modo a adiar o processamento das acusações de corrupção, e, em entrevista à *Folha de S. Paulo* no dia 30 de agosto, sugeriu que os deputados que aceitaram

Continua na página 4

Corrupção e crise no Brasil

Rubens Ricupero

A principiar pela inspiração de título, que sugere a natureza demoníaca do poder e de sua corrupção, o ensaio de Norman Gall é o melhor e mais completo dos estudos que conheço sobre a crise que vive o país.

A primeira parte é uma crônica soberba do fascinante desdobramento de revelações e descobertas que são acompanhadas como se estivéssemos lendo romance policial de alta qualidade. A segunda insere o episódico, o acontecimento, no panorama mais vasto, no espaço e no tempo, da evolução brasileira, de suas promessas e deficiências. A terceira é propositiva e oferece aquilo que agudamente faz falta ao PT e ao presidente: um projeto de governo, não meramente de poder, uma agenda articulada de propostas inteligentes capazes de fazer o Brasil sair da crise e de imprimir-lhe rumo para o futuro.

A agenda de medidas estratégicas, originariamente concebida sob a forma de carta-aberta a Lula, muito antes da eclosão das denúncias de Roberto Jefferson, tem o mérito de mergulhar mais fundo do que a superfície dos episódios atuais, à procura das raízes dos problemas que ameaçam engolir o governo.

Por quê, após o impeachment de Collor e o escândalo dos anões do orçamento, uma outra crise de corrupção, diferente nas aparências mas da mesma natureza que as anteriores, paralisa as instituições e abala a confiança no regime democrático?

Para Norman, a explicação é que ainda não aprendemos como administrar uma sociedade crescentemente complexa. Os setores dirigentes, a elite, não em sentido social mas como o conjunto das pessoas que dirigem os poderes públicos em todos os níveis, a partir do município, assim como fazendeiros, industriais, empresários, possuem escolaridade média menor que dez anos, inferior à da educação fundamental nos países avançados. Não é capaz, assim, de desenhar as instituições necessárias para gerir a complexidade; até as imperfeitas instituições existentes não encontram os operadores que saibam fazê-las funcionar a contento.

O aprendizado de como lidar com a complexidade é processo gradual e progressivo, existindo exemplos de precedentes históricos como a sociedade inglesa do escândalo da Bolha dos Mares do Sul, no século XVIII, ou dos Países Baixos, na Idade de ouro holandesa, na primeira metade do século XVII, onde a corrupção era disseminada e sistemática antes de declinar com o advento das transformações trazidas pela Revolução Industrial.

Por outro lado, as comparações com problemas similares ou mais graves que afetam a Rússia, a China, a Índia, iluminam outra característica presente no Brasil. Em nações continentais, de populações gigantescas e conseqüente aguda heterogeneidade, os “monsters-countries”, de George Kennan, no livro *Around the Cragged Hill*, é mais árduo implantar democracia efetiva por ser difícil adotar leis e práticas uniformes que sirvam por igual a regiões e populações heterogêneas. No

caso dos “monstros emergentes” — os quatro citados acima — aparece fator complicador adicional. É que a riqueza material e, portanto, as oportunidades de se locupletar ilegalmente, crescem à velocidade muito superior à do aprimoramento da regulamentação e dos mecanismos para reger a complexidade.

O Brasil se enquadra bem na explicação de que a complexidade e a riqueza material se expandiram muito mais depressa do que a capacidade de administrar essa abundância súbita de maneira eficaz e honesta. Tem razão, portanto, Norman Gall quando prioriza a qualidade da educação como o elemento crucial para o estabelecimento no país de um consenso mínimo contra a corrupção.

Ao lado da educação, que demandará algum tempo para fazer sentir seus efeitos, há espaço para tentar melhorar a curto prazo a forma de lidar com as causas mais imediatas da corrupção. De tudo o que li sobre os escândalos que nos deprimem, um comentário impressionou-me por ter sido feito por uma publicação estrangeira,

Como explicar que os sistemas de blindagem criados para proteger os cofres públicos não tenham servido para nada?

a revista *The Economist*. Em artigo citado no *Braudel Papers*, dizia a revista que, após o impeachment de Collor, haviam sido adotadas entre nós numerosas leis e regulamentos com a finalidade de impedir a repetição daquelas práticas delituosas. Além da legislação, criaram-se mecanismos e instituições de fiscalização para coibir a lavagem de dinheiro como a COAF, por exemplo. O Brasil passou a ser, desse modo, um dos raros países em desenvolvimento dotados de arsenal aparentemente completo de armas e ferramentas para ajudar a reduzir o grau de corrupção da vida pública.

Não obstante, observava *The Economist*, nem a COAF, nem o Banco Central, a Procuradoria, ou a imprensa ou o Tribunal de Contas haviam percebido o que estava acontecendo. Se não fosse uma briga, um ajuste de contas entre gangsteres, o escândalo não teria vindo à tona! Como explicar o fracasso rotundo e cumulativo de todas essas dispendiosas instituições?

Cumplicidade culposa, desídia, subserviência ao poder, incompetência, manipulação por parte do governo, carência de recursos financeiros e humanos para a missão, deficiência da legislação? Deve haver uma pitada ou mais de cada um desses ingredientes nessa caldeirada indigesta.

Outro ângulo chama igualmente a atenção e reclama elucidação. Imaginava-se que, depois das recentes desventuras com Collor e os anões do orçamento, não só a reincidência nos crimes seria logo detectada por esses mecanismos de defesa como teria se tornado incomparavelmente

mais complicado até conseguir cometer esses delitos. Ora, o que se viu e gerou perplexidade foi a facilidade com que o PT e seus aliados lograram armar teia vastíssima, sistêmica, de corrupção envolvendo os mais variados ministérios, empresas estatais, concessionárias públicas, agências de publicidade e tudo isso em menos de dois anos! Artigos brilhantes de ex-petistas, gente como César Benjamin e Chico de Oliveira, nos explicaram como um partido de inspiração de esquerda se deixa apodrecer pela cobiça nascida das atrações corruptoras da administração do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) ou dos nababescos recursos dos fundos de pensão. Tudo isso é apaixonante mas deixa sem respostas a questão fundamental: como foi tão fácil delinquir e prevaricar, uma vez tomada a decisão de não olhar os meios? Como explicar que os sistemas de blindagem criados para proteger os cofres públicos não tenham servido para nada?

Disso pouco se fala, embora seja indispensável investigar com rigor onde se localizam as falhas, a fim de evitar que tudo se repita dentro de algum tempo. Enganam-se os que pensam que a causa da corrupção se concentre no financiamento dos partidos e em outros defeitos do sistema político. A verdade é que o financiamento das campanhas é problema em quase todo o mundo e nem por isso é comum encontrar corrupção de grau e envergadura como a prevalecente aqui. O financiamento dos partidos pode ser um — não o único — motivo pelo qual os políticos querem dinheiro.

Dentro do quadro geral explicativo que nos parece o mais abrangente e penetrante — o atraso na aprendizagem de como bem gerir sociedades complexas — precisamos entender um detalhe e agora, sem esperar pelos prazos longos da educação: o que é que não funciona direito nas legislações e instituições brasileiras destinadas a prevenir a corrupção e, quando ela assim mesmo ocorre, capacitadas a combatê-la com eficácia e rapidez. Ainda não chegamos lá, até porque o processo de investigação é um trabalho em andamento, não havendo logrado por ora desvendar enigmas cruciais como a origem do dinheiro que alimentou essa máquina de ganhar eleições e de aprovar projetos no Congresso. Enquanto não fizermos isso, continuaremos sem entender como se encaixam algumas peças que darão sentido ao desenho do quebra-cabeça. É por essa razão que o ensaio de Norman Gall deve constituir o roteiro para que, nos próximos meses, o Instituto Fernand Braudel prossiga nesse esforço de desvendar as causas da corrupção e de enriquecer de conteúdo cada vez mais preciso e voltado à ação a agenda de soluções concretas para os problemas do sistema político brasileiro.

Rubens Ricupero é presidente do Conselho Diretor do Instituto Fernand Braudel e diretor da Faculdade de Economia e Relações Internacionais da FAAP. Foi embaixador do Brasil em Washington-DC, ministro da Fazenda e secretário-geral da UNCTAD, em Genebra.

propinas e enfrentam a possibilidade de cassação poderiam sofrer sanções mais leves, tais como uma censura ou aviso, se usaram dinheiro ilegal para saldar dívidas de campanha. Três dias mais tarde, o próprio Severino foi ameaçado de cassação, depois de ser acusado de receber uma propina mensal de R\$10 mil de um empresário que opera restaurantes do Congresso. Severino renunciou ao Congresso em 21 de setembro para evitar a cassação.

Enquanto escrevo este ensaio, tenho pensado em vários momentos em Serenus Zeitblom, o humilde professor que narra a tragédia do romance *Doutor Fausto*, de Thomas Mann, ao testemunhar o destino da Alemanha nazista, e tendo “fracassado, fracassado horrivelmente em sua derradeira e maior tentativa de encontrar a forma política adequada a suas necessidades particulares”. O Brasil é diferente da Alemanha e já teve muitas oportunidades. No entanto, a maioria de nós compartilha a visão de Mann/Zeitblom de que a democracia, apesar das instituições anacrônicas, “segue essencialmente a linha do progresso humano, da boa vontade para com o aperfeiçoamento da sociedade e sua renovação, transformação, rejuvenescimento; ela demonstra que a democracia ocidental, por sua própria natureza, é capaz de uma transição para condições de vida mais justificadas.” A luta do próprio Brasil com a forma política envolve a qualidade da representação e da educação, questões que detalharemos mais adiante neste ensaio.

“Fiquem comigo!”

“Fiquem comigo!”, gritou Fausto em seu momento de maior perigo. “Não me abandonem! Fiquem a meu lado em minha hora do julgamento!” Hoje Lula é uma figura solitária, nem temido nem respeitado, alguém que pode ainda ser salvo pela pena e a cautela daqueles que temem pelo futuro do sistema político do Brasil. O apoio para ele e seu governo nas pesquisas de opinião está em queda. As pessoas que acreditaram nele, os pobres, seu povo, estão angustiados e perplexos com as histórias repulsivas que aparecem quase diariamente na imprensa e nas audiências do Congresso transmitidas pela televisão, notícias sobre quadros do PT viajando com malas cheias de dinheiro vivo para subornar políticos, baseados na certeza de que esses esquemas bizarros não seriam descobertos.

A essência da tragédia humana é a autodestruição – uma opção dos privilegiados que envolve contemplação e escolhas. Lula teve suas escolhas. O que ele fez com elas reflete uma personalidade muito complexa, alguém cuja ascensão espetacular gerou uma arrogância que o fez perder seu norte moral.

Lula ascendeu à Presidência da República como símbolo da esperança, símbolo das transformações conquistadas pelo Brasil com sua nova democracia. O que comoveu a todos nós foi a visão da posse de Lula, em Brasília, em 1º de janeiro de 2003, com uma multidão adoradora aglomerada em torno do Rolls-Royce presidencial, histórica de alegria, de esperança e solidariedade para com um homem que começara a vida como um deles, nas condições mais miseráveis, e se transformara num símbolo daquilo que os brasileiros mais pobres são capazes de alcançar. E então Lula lhes disse: “Quando me lembro do tempo em que minha família fugiu da seca do nordeste, de quando eu, menino, vendia amendoim e laranjas no cais do porto de Santos, de quando virei torneiro mecânico em fábricas e depois líder sindical que fundou o Partido dos Trabalhadores, vejo e sei com clareza e convicção, neste momento em que me torno o comandante em chefe da nação, que podemos fazer muito mais”.

Ele se banhou na fama e adulação internacionais. De acordo com o *The New York Times*, “Luiz Inácio Lula da Silva, 59, é o artigo legítimo, uma fábula ambulante, a histórica clássica da democracia, o menino pobre que cresceu e virou presidente”. Pouco depois de Lula tomar posse, o jornal boliviano *La Razón* o descreveu como “a nova estrela política latino-americana”. Quando ele discursou numa conferência sobre Governança Progressista na London School of Economics, brilhando mais do que os outros presidentes e primeiros-ministros que participavam do encontro, o eminente sociólogo Anthony Giddens chegou a declarar: “Lula quer mudar o Brasil, mas eu penso seriamente que ele é capaz de mudar o mundo.”

Tendo estudado apenas até a quinta série, Lula se candidatou à Presidência quatro vezes. Ele é um improvisador altamente inteligente que possui o dom de ouvir e que convive com a dificuldade de ler. Uma pessoa de seu convívio próximo disse que é doloroso ver Lula, o presidente, fazendo força por uma hora para ler uma única página impressa. Lula costuma zombar dos intelectuais, que, à primeira vista, pode parecer estranho, já que há tantos intelectuais no PT. “Digo que a política não tem segredo”, ele falou em Brasília, alguns dias antes do discurso em Londres. “Se existe uma coisa que ninguém precisa para entender de política, é um diploma universitário.”

O fato de Lula não fazer grande esforço para superar seu problema de leitura pode ser questão de opção. Outra opção foi a indiferença com que ele reagiu à corrupção. Esta envolveu uma opção ainda mais fatídica: a de entregar as rédeas do governo a outros, enquanto ele próprio se dedicava a fazer relações públicas, viagens de Estado para diferentes partes do mundo e percorrer o Brasil fazendo discursos de improviso. Um dos mais sábios e respeitados senadores brasileiros, Jefferson Perez, do Estado do Amazonas, observou: “Eu votei em Lula, mas hoje, contrariamente ao que pensava na época, acho que ele não estava preparado para ser presidente. Falta a ele a noção da Presidência da República como a instituição mais importante do país. Lula aprecia o lado externo das coisas, o palco iluminado, as visitas de Estado; ele gosta de inaugurar obras públicas, de fazer discursos, de fazer pose de estadista. Mas tem uma falta absoluta de aptidão pelo hábito e a rotina de governar.”

Apesar disso, o histórico de Lula na Presidência inclui algumas conquistas. Antes mesmo de os mercados financeiros entrarem em pânico diante da perspectiva de sua eleição em 2002, ele teve o bom senso de entender que a população brasileira não aceitaria o retorno da inflação crônica. Ele compreendeu que a ênfase principal da política governamental teria que ser na manutenção da estabilidade, da qual dependia sua sobrevivência política. Nos últimos 25 anos e ao longo de seis administrações presidenciais, o Brasil vem conduzindo uma longa batalha pela estabilidade política e econômica. A vitória eleitoral de Lula foi fruto de demorado processo de consolidação democrática e estabilização econômica no Brasil, processo ao qual o PT, em muitos momentos, se opôs por motivos ideológicos, mas que, não obstante, criou condições para a chegada ao poder de um partido de esquerda com um programa revolucionário. Quando foi anunciado o Plano Real, em 1994, Lula avisou: “De cara, os trabalhadores podem perder 30% de seu poder aquisitivo”. Na realidade, porém, o fim da inflação crônica levou a população pobre a ganhar poder de compra.

A consolidação da estabilidade e a reativação do crescimento econômico poderiam ter dado a

Lula uma vitória decisiva na busca da reeleição em outubro de 2006. A aura de simpatia e decência que ele irradiava levou as pessoas a perdoar o fracasso de seu programa Fome Zero, divulgado em todo o mundo, e outros programas sociais afetados pela desorganização e a corrupção. E a eficiência tampouco foi beneficiada pelo fato de Lula ter triplicado a equipe de funcionários da Presidência e ter dobrado o número de ministros, para dar espaço aos candidatos do PT e partidos aliados derrotados nas eleições de 2002. Entre suas vitórias legislativas, figuram as reformas da Previdência, do Judiciário, da lei de falência e a criação das Parcerias Público-Privadas (PPPs) para financiar a infra-estrutura, além da proibição do porte de armas por civis, esta última sujeita a ratificação por meio de referendo. Lula garantiu um acesso maior dos estudantes pobres às universidades particulares. Nos últimos dois anos, o crescimento rápido da economia mundial possibilitou ao país conquistar superávit comercial e de conta corrente recordes. Algumas dessas vitórias foram fruto de trabalhos iniciados em governos anteriores. Mas as vitórias de Lula foram maculadas pela revelação de grandes pagamentos em dinheiro vivo a parlamentares, coincidindo com a votação de medidas-chaves.

“Patrimônio moral”

Antes de Lula chegar à Presidência, em 2003, o PT era admirado por defender a ética na vida pública, denunciando escândalos reais e imaginados em governos anteriores, e por erguer a mais poderosa máquina partidária jamais vista na política brasileira, o que custava muito dinheiro. É o único partido brasileiro que realiza eleições para cargos no partido entre seus membros registrados, que dobraram em número para 800.000 desde a eleição de Lula. O custo de manter a máquina do partido era muito maior do que o PT podia levantar com a contribuição de 10% que cobrava sobre os salários de seus membros que ocupam cargos públicos. Ademais, fontes do PT disseram que a campanha presidencial de Lula custou aproximadamente R\$200 milhões, dez vezes mais do que foi informado às autoridades eleitorais e quatro vezes mais do que foi gasto por seu concorrente mais próximo. Embora pagamentos não registrados e transferências ilegais *de e para* contas clandestinas no exterior sejam tolerados há muito tempo na política brasileira, a magnitude dessas operações, e a escala maciça do pagamento de propinas a parlamentares em dinheiro vivo, foi uma surpresa. Os muitos milhões gastos em pagamentos ilegais a políticos chocaram um país onde o salário mínimo mensal é de aproximadamente US\$100 e onde US\$500 mensais é visto como uma renda de classe média. O maior doleiro do Brasil, Toninho da Barcelona, que hoje cumpre pena de prisão de 25 anos, diz que o PT vem lavando dinheiro no exterior desde 1989, o ano da primeira campanha eleitoral de Lula para a Presidência.

Durante a década de 1990, para financiar sua burocracia, o PT montou um sistema para desviar recursos dos municípios que governou no Estado de São Paulo, incluindo a própria e gigantesca capital, principalmente através da cobrança de comissões sobre contratos com valor inflacionado nas áreas de consultoria, coleta de lixo e linhas de ônibus. O mensalão no governo Lula foi basicamente uma ampliação do esquema de propinas criado para controlar a Câmara Municipal de São Paulo durante a administração da prefeita Marta Suplicy (2001-04), do PT. O PT também era financiado por propinas pagas pelos operadores das loterias estaduais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Um dos primeiros a trazer publicamente à luz esse sistema foi Paulo de Tarso Venceslau, ex-líder estudantil e integrante da guerrilha urbana que tomou parte no sequestro do embaixador norte-americano Burke Elbrick, em 1969. Em 1995, quando era secretário das Finanças de São José dos Campos, Venceslau avisou Lula, na época presidente do PT, que o partido estava acumulando caixa 2 nesses municípios, através de uma empresa de consultoria de propriedade de um compadre de Lula, Ricardo Teixeira, cujo apartamento e casa de fim de semana Lula ocupou durante oito anos, sem pagar aluguel. Uma investigação interna do PT constatou “irregularidades alarmantes”. Apesar disso, Lula protegeu seu compadre. Venceslau foi demitido da Secretaria de Finanças e, mais tarde, expulso do PT. Vários líderes deixaram o PT após esse episódio. “Nesse episódio Lula se consagrou como caudilho e o partido se ajoelhou diante dele”, disse Venceslau quando o escândalo atual veio à tona. “Isso foi mortal para o PT.”

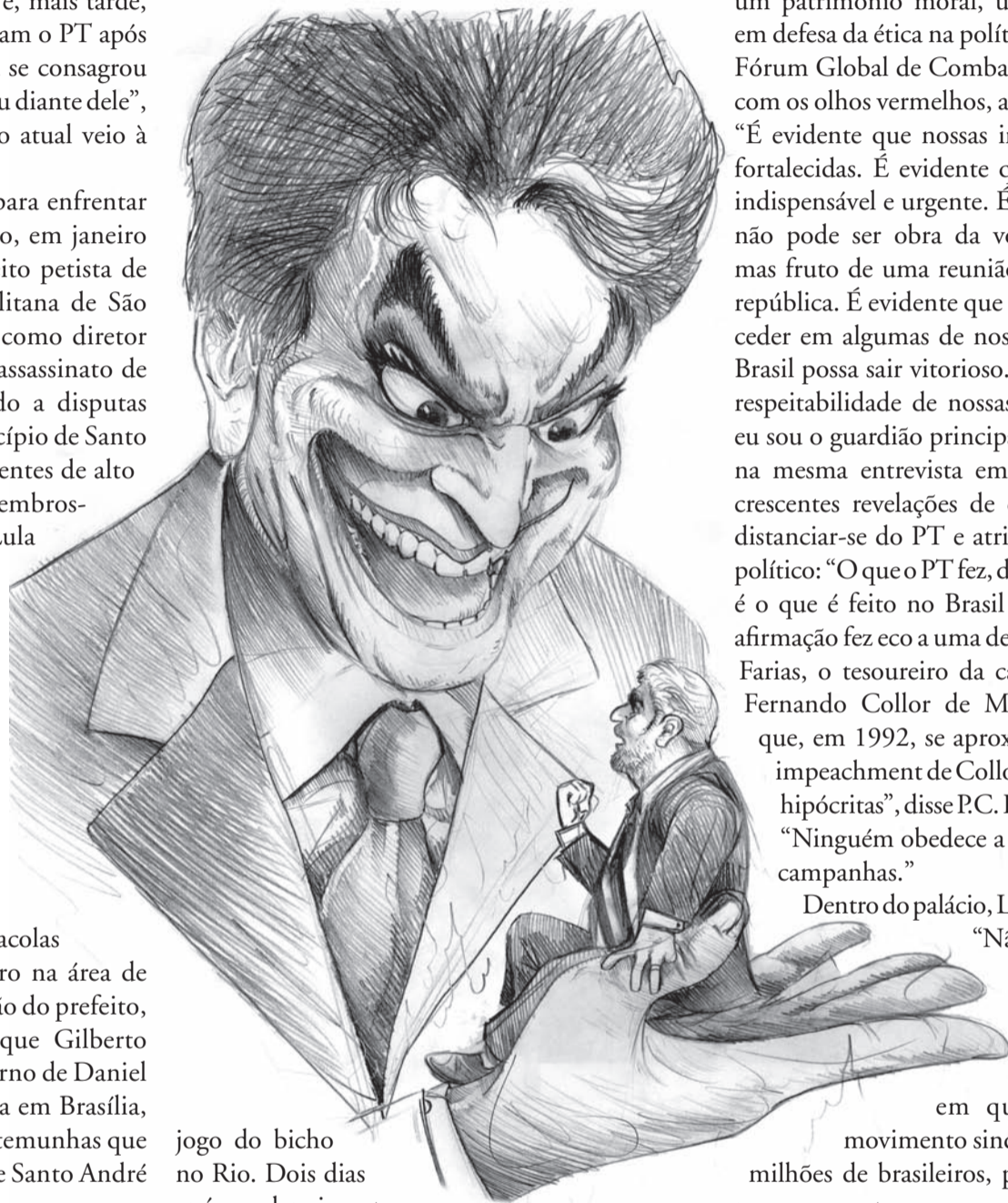
Enquanto isso, o PT se esforça para enfrentar os efeitos do sequestro e assassinato, em janeiro de 2002, de Celso Daniel, o prefeito petista de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, que estava sendo aventado como diretor da campanha eleitoral de Lula. O assassinato de Celso Daniel vem sendo vinculado a disputas sobre o desvio de dinheiro do município de Santo André para o PT, envolvendo dirigentes de alto escalão do partido que hoje são membros-chave da equipe presidencial de Lula em Brasília. O médico legista do caso disse recentemente aos promotores que foi censurado por seus superiores para impedir que, no atestado de óbito, revelasse o que descobriu na autópsia – que o prefeito foi selvagemmente torturado antes de ser morto a tiros e ter seu corpo jogado numa estrada isolada. Três anos depois do assassinato, a empregada de Daniel disse aos procuradores que, por acaso, achou sacolas de supermercado cheias de dinheiro na área de serviço. João Francisco Daniel, irmão do prefeito, disse aos procuradores e à CPI que Gilberto Carvalho, então Secretário de Governo de Daniel e agora secretário particular de Lula em Brasília, havia dito para ele e duas outras testemunhas que levou R\$ 1,2 milhão em dinheiro de Santo André para José Dirceu em São Paulo.

O assassinato, em setembro de 2001, do prefeito petista de Campinas, Antonio Costa Santos (“Toninho do PT”), também segue não elucidado. O prefeito era um arquiteto e urbanista que combatia os esquemas de controle da coleta do lixo e do bingo e que se chocou com a resistência de traficantes quando tentava limpar uma favela dominada pelo crime.

Quando os escândalos atingiram o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ex-médico trotskista cuja transformação espantosa o converteu no pilar da política econômica estabilizadora de Lula, o jornal *O Estado de S. Paulo* observou que na investigação em curso sobre a corrupção em Ribeirão Preto, cidade da qual Palocci foi prefeito em 1993-96 e em 2001-02, antes de administrar a campanha de Lula, “era apenas questão de tempo até que a entrada em cena do ministro da Fazenda expusesse o processo de putrefação do partido que reivindicava o monopólio da ética na política”

Rogério Tadeu Buratti, o ex-braço direito de Palocci na prefeitura de Ribeirão, foi indiciado por fraudar contratos de coleta de lixo, lavagem de dinheiro e sonegação de impostos. Num acordo para

delação premiada, Buratti disse aos promotores que Palocci recebia R\$50 mil mensais de uma empresa de coleta de lixo, dinheiro que seria entregue à tesouraria do PT em São Paulo. Depois de demitir-se da prefeitura, em 1994, Buratti foi trabalhar para a mesma empresa de lixo e mais tarde tornou-se lobista de grupos ligados ao bingo e à loteria. Ele disse que os operadores de bingos, vinculados pelos procuradores a esquemas de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, contribuiriam com R\$1 milhão para a campanha de Lula em São Paulo em troca da promessa de legalização dos bingos. A legalização acabou não acontecendo porque o principal assessor legislativo de José Dirceu, Waldomiro Diniz, foi filmado pedindo propina do principal banqueiro do



jogo do bicho no Rio. Dois dias após o depoimento

de Buratti, no domingo 22 de agosto, Palocci convocou uma dramática coletiva de imprensa para negar todas as acusações e tranquilizar os mercados financeiros. Entretanto, os extratos bancários da empresa envolvida, a Leão & Leão, mais tarde confirmaram as acusações formuladas por Buratti. Mas os líderes da oposição não pediram a renúncia de Palocci, possivelmente por temer o impacto que ela poderia exercer sobre a estabilidade financeira do país.

Em Paris, Lula disse numa entrevista de TV que o PT tem problemas de liderança porque “houve um tempo em que os melhores quadros da esquerda brasileira eram lideranças do PT. Depois que ganhamos eleições municipais, estaduais, no Congresso e na Presidência, muitas de nossas lideranças foram parar no governo. Então a liderança do PT ficou enfraquecida. Possivelmente por esta razão cometemos erros que não teríamos cometido no passado”. Antes disso Lula expressou desprezo pelo PT e suas rixas internas. “Meu partido é uma merda”, disse Lula, na véspera de sua campanha eleitoral vitoriosa de 2002. “O PT é composto de facções demais, de muitas classes de pessoas

que vivem brigando entre elas: sindicalistas, ex-guerrilheiros, professores universitários socialistas, funcionários públicos, políticos profissionais, católicos radicais, trotskistas. Eu não me envolvo nessas disputas, tento manter o PT unido. Eu mereço mais do que isso. Mereço ser o candidato de uma frente partidária ampla. Nunca fui ideológico. Nunca na vida li um livro sobre o marxismo. Sabe, nunca na vida li livro nenhum.”

Reeleição

As chances de reeleição de Lula em 2006 foram prejudicadas por esses escândalos, mas o presidente prometeu renovar seus esforços para superar as dificuldades. “Tenho uma biografia a preservar, um patrimônio moral, uma história de décadas em defesa da ética na política”, disse ele no Quarto Fórum Global de Combate à Corrupção, falando com os olhos vermelhos, a voz rouca, emocionada. “É evidente que nossas instituições precisam ser fortalecidas. É evidente que a reforma política é indispensável e urgente. É evidente que a reforma não pode ser obra da vontade de uma pessoa, mas fruto de uma reunião de vontades em nossa república. É evidente que todos nós vamos ter que ceder em algumas de nossas posições para que o Brasil possa sair vitorioso. O que está em jogo é a respeitabilidade de nossas instituições, das quais eu sou o guardião principal.” Um mês mais tarde, na mesma entrevista em Paris, sob pressão das crescentes revelações de corrupção, Lula tentou distanciar-se do PT e atribuiu a culpa ao sistema político: “O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente” Essa afirmação fez eco a uma declaração anterior de P.C. Farias, o tesoureiro da campanha do presidente Fernando Collor de Mello, no momento em que, em 1992, se aproximava o julgamento do impeachment de Collor. “Estamos todos sendo hipócritas”, disse P.C. Farias diante de uma CPI. “Ninguém obedece a lei do financiamento de campanhas.”

Dentro do palácio, Lula disse a seus assessores:

“Não vou para o matadouro”.

Nos dias seguintes ele foi ficando mais combativo, enquanto percorria o país fazendo discursos em que pedia o apoio do

movimento sindical: “Neste país de 180 milhões de brasileiros, pode ter igual, mas não pensem que tem nem mulher nem homem, que tenha a coragem de me dar lição de ética, moral e honestidade. Neste país, está para nascer alguém que venha querer me dar lição de ética.” Alguns dias depois ele disse a líderes sindicais de aposentados e pensionistas: “Não vou negociar com o Diabo para ser reeleito. ... Não vou me candidatar à reeleição se para isso for preciso leiloar ministérios e não poder melhorar a economia e fazer mais distribuição de renda. Se para isso for preciso dirigir um governo igual ou pior que este, não serei candidato.” Mas Lula estava em campanha no dia seguinte, vestindo chapéu de cangaceiro e chorando ao falar de sua mãe, dizendo a uma multidão em sua cidade natal, Garanhuns, em Pernambuco, que, se decidisse se candidatar, “eles [as elites]vão ter que me engolir outra vez, porque o povo brasileiro vai me querer”.

Lula insistiu em acusar uma conspiração das elites de tentar derrubar seu governo. Mas empresários, banqueiros e líderes políticos da oposição, de maneira quase unânime, se colocam contra um impeachment do presidente, embora muitos digam que existam bases legais de sobra para isso. Ao afastar a ameaça do impeachment, a oposição renunciou

ao uso do principal instrumento de pressão contra Lula. Enquanto isso, a economia segue bem, com a inflação caindo. As finanças públicas melhoravam e as contas internacionais registraram superávits crescentes. Os bancos e os fornecedores estrangeiros de “hot money” obtiveram lucros enormes com os empréstimos concedidos ao governo com as taxas de juros reais mais altas do mundo, 14% acima da inflação. Os homens do dinheiro temiam que a queda de Lula também assinalasse a queda do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, descrito por Delfim Netto, o cínico czar econômico do regime militar (1964-85), como “o pau que mantém o circo de pé”.

Parece que falta ao sistema político brasileiro a autoconfiança necessária para encarar um trauma de impeachment semelhante ao que conduziu à renúncia, em 1992, de Fernando Collor, que se tornou o primeiro presidente eleito na história da América Latina a sofrer o impeachment, após a descoberta de um enorme esquema de pagamento de subornos e comissões ilícitas sob seu governo. Existem grandes diferenças entre aquela época e hoje. Para começar, em 1992 ainda não havia sido detectada corrupção ampla no Congresso. Hoje, porém, são muitos os parlamentares que se beneficiaram do muito mais ambicioso esquema de pagamento de propinas do PT, fato que priva o Congresso da autoridade moral necessária para decretar o impeachment de Lula por corrupção. Em segundo lugar, as manifestações de rua e os comícios que resultaram na queda de Collor foram organizados pelo PT e outros partidos importantes, além dos sindicatos controlados pelo PT, todos os quais, por diferentes motivos, não mobilizaram seus militantes agora. Terceiro, enquanto os escândalos de Collor ocorreram num momento de retomada da inflação, com o fracasso de sua política de terapia de choque, Lula vem mantendo a inflação baixa e pode gabar-se da retomada do crescimento econômico. De fato, ao mesmo tempo em que a crise política se aprofundava, as notícias econômicas se tornavam mais animadoras, com o aumento nos índices de investimento privado, do emprego formal e dos salários. Outro fator em jogo é que muitos políticos temem uma reação contrária do que eles vêem como sendo o núcleo irredutível de apoio a Lula presente entre a população pobre. Apesar disso, o discurso do “eles vão ter que me engolir” proferido por Lula em Garanhuns provocou uma reação imediata. O senador Tasso Jereissati, que foi duas vezes governador do Ceará, expressou a indignação do opositor Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB):

Nós, da oposição, temos feito o possível e o impossível para preservar a figura do Presidente da República, preservar a figura de um homem cuja história política merece o respeito de todos os brasileiros, mas o presidente, em seus

pronunciamentos, tem passado dos limites que podemos aturar. Parece que o presidente da República ainda não entendeu a gravidade dos fatos envolvendo o seu Governo, que têm levado a um estado de perplexidade e estupefação nacional e internacional.

“Lulinha, paz e amor”

Alguns dias depois, outras surpresas vieram agravar os problemas de Lula. A maior transferência de dinheiro que viera à tona até aquele momento envolvia R\$15,5 milhões pagos à firma de marketing político de Duda Mendonça, criador da campanha de mídia “Lulinha, paz e amor” para a eleição de 2002, na qual, depois de ter perdido três eleições anteriores, Lula se negara a candidatar-se novamente a não ser que o PT contratasse Duda como seu marqueteiro. Depois da eleição, porém, Duda encontrou dificuldade para ser pago. Sua sócia, Zilmar Fernandes Silveira, assinou recibos de dinheiro recebido após longas demoras e, em 11 de agosto, foi convocada a depor diante da CPI. Mas o próprio Duda apareceu de surpresa na CPI, ao lado de sua sócia, tendo voado para Brasília num jatinho particular, às 6h00, depois de passar várias horas sendo interrogado pela Polícia Federal em Salvador, até as 4h00.

Apaixonado por brigas de galo e carnaval, Duda se tornou o marqueteiro político mais caro do Brasil, revelando à CPI que R\$10,5 milhões da conta de R\$25 milhões que ele cobrou pela campanha de mídia de Lula foram pagos ilegalmente, num esquema de lavagem de dinheiro escondido em outros países. Ele contou que, para conseguir o dinheiro que lhe era devido, foi instruído a abrir uma conta sob o nome de Dusseldorf no Bank Boston nas Bahamas. “Era dinheiro de caixa 2 e nós sabíamos”, disse Duda. “A gente não é bobo. Mas ou recebíamos assim, ou não receberíamos nada. E não

tínhamos mais poder de barganha, uma vez que a campanha já havia terminado.”

Os lautos pagamentos feitos a Duda por políticos tanto de esquerda quanto conservadores refletem o custo imenso das campanhas eleitorais no Brasil. As campanhas brasileiras de 1994 para presidente, governadores estaduais e o Congresso teriam custado US\$3,5-US\$4,5 bilhões, contra US\$3 bilhões no caso da eleição de 1996 nos Estados Unidos, apesar de o Brasil ser um país mais pobre e cujo mercado político é muito menor. De lá para cá, nos últimos dez anos, o custo das campanhas brasileiras vem subindo ainda mais.

Esses enormes custos eleitorais são gerados por um sistema de representação política caótico e fragmentado. O Brasil é uma das federações mais descentralizadas do mundo, com extensas transferências de receita para governos estaduais e municipais que gozam de ampla autonomia e com Estados pouco povoados tendo super-representação no Congresso. Um sistema de “listas abertas” de representação proporcional em enormes distritos dotados de múltiplos vereadores e deputados obriga

candidatos do mesmo partido a competir entre si pelos recursos e pelos votos, o que eleva o custo das eleições e enfraquece as lealdades partidárias. Um novo presidente normalmente assume o poder com seu partido dispondo de menos de 20% das vagas no Congresso. O PT conquistou 91 lugares na Câmara dos Deputados, formando o maior bloco na casa, mas, num primeiro momento, a coalizão de Lula, formada por nove partidos, detinha apenas 220 das 513 vagas.

As leis eleitorais favorecem a proliferação de partidos pequenos e a freqüente troca de legenda. Nos primeiros dois anos da administração Lula, aproximadamente um terço dos parlamentares trocou de partido, alguns deles duas ou três vezes. Boa parte desse troca-troca foi encorajada pelo PT para aumentar as fileiras de seus partidos aliados. Depois que foi fechado um pacto com o grande mas incoerente Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o apoio nominal do governo aumentou para 341 deputados. Mas essa base de apoio se mostrou frágil, apesar de Lula ter entregue milhares de cargos ao PT e seus aliados, devido às reivindicações crescentes dos outros partidos e do descumprimento das promessas do PT, como no caso de Roberto Jefferson.

Ao longo de toda a escalada dos escândalos, Lula insistiu que não sabia de nada sobre os pagamentos ilegais. Pressionado a dar uma declaração pública, no dia seguinte ao depoimento explosivo de Duda Mendonça Lula fez um curto discurso televisionado em que disse: “Com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais eu nunca tive conhecimento”. No mesmo dia, porém, a revista *Época* publicou uma entrevista com Valdemar Costa Neto, líder do pequeno Partido Liberal (PL), que renunciou ao cargo de deputado depois de ter sido acusado por Roberto Jefferson de receber propinas do PT para fazer o PL participar da aliança partidária que elegeu Lula e da coalizão governista. Valdemar disse que Lula esteve presente a um encontro realizado em 19 de junho de 2002 na casa de José Dirceu, em Brasília, para ajudar a resolver um impasse em torno de dinheiro.

“Eu comecei pedindo R\$20 milhões prá levar uns R\$15 milhões”, disse Valdemar. “O Lula estava na sala ao lado. Ele sabia que estávamos negociando números. Eu falei: ‘Vamos acertar por R\$10 milhões’. Então o Lula foi lá para autorizar a operação. [Mais tarde] Zé Dirceu escolheu operar com o Roberto Jefferson. Jefferson estava sempre com eles, que andavam com Lula. Eles entraram nessa porque queriam. Jefferson é um sujeito conhecido na praça, mal-intencionado, perigoso.”

“Extreme Makeover”

Roberto Jefferson ainda usa alguns dos ternos extragrandes que comprou quando pesava 170 kg, antes de submeter-se a uma cirurgia para a retirada de parte de seu estômago. Apesar disso, segundo uma pesquisa com telespectadores, “o suposto vilão”, Roberto Jefferson roubou a cena e caiu nas graças do povo. Criminalista que faz aulas de canto e possui recursos interpretativos ilimitados, o ex-obeso de óculos fundo de garrafa parece ter saído do programa “Extreme Makeover”, o reality show que se propõe a transformar patinhos feios em cisnes, direto para o palco da CPI. Em 1992, Roberto Jefferson ganhou fama ao liderar a defesa do presidente Collor no Congresso, contra o impeachment.

Roberto Jefferson é uma dessas personalidades exóticas que, de tempos em tempos, ganham fama no cenário político do Brasil. Usando pulseira de



candomblé, ele se defendeu com brilho e humor cáustico nas audiências televisionadas, enquanto revelava à nação o sistema de pagamento de propinas a parlamentares, conhecido como mensalão, que envolveu pagamentos mensais em dinheiro vivo, com valores que chegavam a muitos milhões de dólares. “É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder”, observou Mefistófeles. “É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. Quem é pago não pensa.” A principal justificativa desses pagamentos foi o financiamento das despesas de campanha. Jefferson disse que sofreu “pressão brutal” de deputados de seu próprio partido que queriam mais dinheiro. “Pressão, pressão, pressão, dinheiro, dinheiro, dinheiro.”

O apetite de Roberto Jefferson por comida diminuiu, mas sua fome de influência continuou tão grande quanto antes. Eleito pela primeira vez em 1983, depois de ter conquistado popularidade como “advogado dos pobres” num programa diário na televisão, Jefferson é um dos deputados que está por mais tempo no Congresso, com conhecimento íntimo do funcionamento do sistema político. O PTB apoiou quase todos os governos federais das últimas duas décadas, tendo proposto poucas leis. Metade de seus deputados já foi indiciada ou julgada por sonegação de impostos, desvio de fundos ou fraude. Na mesma eleição que levou Lula e o PT ao poder em 2002, o PTB elegeu apenas 26 deputados para a Câmara, que tem 513 lugares. Em poucos meses a base de deputados do partido tinha dobrado, com o troca-troca de legendas que é endêmico na política brasileira, graças aos esforços do PT para atrair deputados dos partidos menores para as fileiras dos partidos aliados ao novo governo, para formar uma maioria no Congresso.

Menos interessado nos cargos ministeriais para si ou para seus colegas de partido, Roberto Jefferson concentrou sua atenção na obtenção de cargos executivos-chave em estatais quase autônomas e dotadas de orçamentos grandes e pouco fiscalizados, tais como o Instituto Brasileiro de Resseguros, monopólio estatal que controla US\$800 milhões em depósitos no exterior, e como as empresas elétricas estatais e a Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, com um bando de fiéis ao PTB que cobrava propinas para liberar cargas de caminhões confiscadas nas estradas. Entre essas entidades estava os Correios, que foi onde os problemas começaram.

Em meados de maio de 2005, a revista *Veja* publicou e divulgou em seu site uma entrevista gravada em vídeo, com câmera escondida, com um funcionário dos Correios, Maurício Marinho, que, demonstrando pouco caso, embolsou uma propina de R\$3.000. “Nós somos três e trabalhamos fechados. Os três são designados pelo PTB, pelo Roberto Jefferson”, comenta Marinho. “É uma composição com o governo. Nomeamos o diretor, um assessor e um departamento-chave. Eu sou o departamento-chave. Tudo que nós fechamos o partido fica sabendo.” Marinho forneceu à Polícia Federal mais detalhes sobre o envolvimento de Roberto Jefferson em contratos superfaturados e licitações manipuladas nos Correios e outros organismos.

Quando as cenas gravadas foram transmitidas repetidas vezes pela TV, Lula procurou defender seu novo aliado, dizendo: “Precisamos ter solidariedade com os parceiros.” Lula e o PT fracassaram nos esforços frenéticos empreendidos para bloquear a abertura de uma CPI e, então, tentaram distanciar-se de Jefferson e do PTB, ordenando a abertura de um inquérito policial. Então Jefferson concedeu uma longa entrevista à *Folha de S. Paulo* na qual revelou os contornos do mensalão. “Eu vi que o

governo agiu para isolar o PTB”, ele disse. “Vai ter que sangrar a cabeça de alguém na guilhotina, tem que haver carne e sangue para os chacais. A *Veja* falou que eu sou o homem bomba. Ou você desativa ou faz explodir. Estou percebendo que estão evacuando o quartirão e o PTB está ficando isolado para ser explodido.” O mandato de Jefferson foi cassado pela Câmara em 14 de setembro.

Valério e Delúbio

A audácia dos esquemas criados por esses homens é mais estranha do que qualquer ficção. O principal responsável pelos pagamentos e quebra-galho era Marcos Valério de Souza, 44, um careca tenso e de voz macia que veste ternos pretos e administrava 18 empresas e 150 contas bancárias. Seu grupo de agências de publicidade em Belo Horizonte servia de intermediário para a lavagem de dinheiro e pagamento de



Delúbio
Loredano / O Estado de S. Paulo

propinas a dezenas de políticos. Entre as fontes de recursos, estava o velho amigo de Lula e secretário de Comunicação Social da Presidência, Luiz Gushiken, antigo líder sindical dos bancários, que controlava estreitamente o orçamento publicitário federal e direcionou os investimentos dos fundos de pensão em bancos pequenos que colaboravam com o esquema de corrupção. A Constituição proíbe publicidade governamental, salvo em casos de utilidade pública, mas essa restrição é amplamente violada em todos os níveis de governo.

Entre outras operações no exterior, Valério enviou R\$6 milhões a uma companhia de fachada com sede no Uruguai, a Garanhuns Empreendimentos, que é acusada pelas autoridades de combate às drogas dos EUA de ter lavado dinheiro para o cartel de drogas mexicano de Ciudad Juarez. Embora Valério fosse figura pouco conhecida em Belo Horizonte antes da eleição de Lula, ele enriqueceu tão rapidamente que comprou 13 cavalos puro-sangue para sua filha adolescente e importou da Suíça e da Bélgica dois campeões olímpicos de equitação para treiná-la para competições.

Os serviços prestados ao PT por Valério incluíam desde o financiamento da festa da posse de Lula, em janeiro de 2003, até os honorários advocatícios de um ex-procurador federal, Aristides Junqueira, para defender o PT na investigação do sequestro e assassinato do prefeito petista de Santo André, Celso Daniel. Valério ganhou um contrato de publicidade para a Câmara dos Deputados uma semana depois de entregar R\$50 mil em dinheiro a

João Paulo Cunha, o presidente petista da Câmara. Seus esquemas eram financiados por “empréstimos” de dois bancos dotados de conexões políticas, por contratos publicitários superfaturados com órgãos do governo e por propinas recebidas em troca de influência política na canalização de depósitos dos corruptos fundos de pensão ligados ao setor público para bancos favorecidos em Belo Horizonte, o Banco Rural, e o BMG, que forneciam a Valério fundos para a distribuição a clientes políticos, sob instruções de Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, que, segundo Valério, manifestava “fidelidade canina” para com Lula e Dirceu. Com a multiplicação dos escândalos, Lula fez saber que teria sido “traído” por Delúbio.

Delúbio Soares é o tipo de homem que, como Lula e muitos outros, saiu da pobreza e ascendeu através do aparato do movimento sindical e do PT, até se transformar num ator político importante ligado a Lula. Delúbio nasceu em 1955 numa família de lavradores pobres no município de Buriti Alegre, em Goiás. Ele manifestou um talento para os números, que compensava as dificuldades de fala apresentadas na infância. Aos 15 anos foi estudar na capital estadual, Goiânia, no Colégio Lyceu e depois na Universidade Católica, onde se especializou em matemática, antes de tornar-se professor. Delúbio não demorou a tornar-se líder do sindicato dos professores, com que ganhou licença sindical que o liberou de seus deveres de professor, mantendo seu salário assim nos últimos 20 anos. Em 1984, mudou-se para São Paulo para assumir a secretaria financeira da CUT, a confederação nacional de sindicatos ligada ao PT. Ele se tornou companheiro constante de Lula e, em 2002, seu tesoureiro de campanha. Delúbio levantou suspeitas ao pagar R\$150.000 em dinheiro ao comprar terras perto da casa de sua família em Goiás. Sem filhos, casado com Mônica Valente, secretária institucional do PT, Delúbio teria dedicado sua vida ao partido. Nas audiências da CPI que investiga a corrupção, ele se mostrou uma testemunha das mais recalcitrantes.

Sob a orientação de Delúbio, Valério fez pagamentos em dinheiro vivo, no valor total de pelo menos R\$75 milhões, principalmente a políticos, de suas contas no Banco Rural, uma instituição pequena com o qual mantinha um contrato de publicidade desde 1995. O Banco Rural vinha tendo problemas com o Banco Central quase continuamente, desde 1992, quando abrigou contas “fantasmas” sob nomes falsos, como parte do esquema de propinas e comissões operado pelo tesoureiro de campanha do presidente Fernando Collor, P.C. Farias, que teria levantado cerca de US\$350 milhões – um dinheiro que nunca foi recuperado. Marcos Valério ajudou o Banco Rural em seus apelos bem sucedidos junto ao Banco Central pela redução de suas penalidades, em audiências acompanhadas pelo procurador do Tesouro Nacional, Glênio Guedes, que renunciou ao cargo pouco depois de vir à tona que ele recebera pagamentos no valor total de R\$2,5 milhões de uma das firmas de Marcos Valério. Outros R\$2,6 milhões foram para um petista carioca, Manoel Severino dos Santos, presidente da Casa da Moeda.

Em 1984, o Banco Rural abriu o Trade Link Bank nas Ilhas Cayman e envolveu-se a fundo num esquema ilegal de lavagem de dinheiro que movimentou US\$30 bilhões, envolvendo o crime organizado e centenas de políticos de diferentes partidos, operando através da agência do Banestado (Banco do Estado do Paraná) em Nova York e de uma conta no J.P. Morgan sob o nome Beacon Hill. Uma investigação do promotor público de

Manhattan, Robert Morgenthau, e da Polícia Federal brasileira, estava chegando ao auge, em abril de 2003, quando, pouco após a posse de Lula, o agente da Polícia Federal encarregado da investigação em Nova York foi repentinamente afastado e enviado a um posto obscuro numa cidade do interior no sul do Brasil. O agente, José Francisco de Castilho Neto, disse recentemente ao *O Estado de S. Paulo* que o esquema do Banestado “envolvia pessoas dos mais altos escalões dos dois governos (dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula). Hoje estou convencido de que esse esquema todo de lavagem de dinheiro que chegamos tão perto de expor foi montado principalmente para tirar do Brasil recursos secretos dos dois partidos [PT e PSDB].”

Enquanto isso, o Congresso estava investigando o Banestado, tendo como relator do processo o deputado petista José Mentor, envolvido na organização do mensalão na Câmara Municipal de São Paulo. Mentor ajudou a ocultar a participação do Banco Rural no esquema e também nos casos envolvendo outros personagens, como Paulo Maluf, o ex-governador e ex-prefeito de São Paulo indiciado por ter pelo menos US\$400 milhões em contas bancárias no exterior, frutos da corrupção que, de acordo com os promotores, pode totalizar US\$1,8 bilhão. Outro beneficiário era Ronan Maria Pinto, dono de empresas de ônibus citados nos esquemas de corrupção de Santo André e no assassinato de seu prefeito petista, Celso Daniel.

Durante a investigação sobre o Banestado, Mentor telefonou a Marcos Valério para lhe passar um aviso que levou à destruição rápida de 25 pastas de documentos, de acordo com a ex-secretária de Valério. Pagamentos no valor total de R\$120 mil foram feitos a José Mentor dos R\$50 milhões em transferências feitas das contas de Marcos Valério no Banco do Brasil. No dia 14 de maio, quando promotores federais reabriram a investigação, José Mentor propôs no Congresso uma lei de anistia aos responsáveis por transferências ilegais de dinheiro.

Origem do dinheiro?

A origem de todo esse dinheiro, estimado em R\$2 bilhões, ainda não está clara. É preciso voltar muito atrás na história para identificar outro escândalo de tamanha escala e complexidade – talvez até os casos de fraude e pagamento de propinas revelados após a queda da especulação febril que impulsionou a chamada Bolha dos Mares do Sul na Inglaterra, em 1711-20, comprometendo a família real, vários ministros e parlamentares, além de importantes mercadores e corretores de valores. Ou, na América Latina, precisamos voltar até a corrupção vigente em Cuba sob o governo do presidente Carlos Prío Socorrás (1948-52), que abriu o caminho para a ascensão de Fidel Castro. No gabinete de Prío havia líderes estudantis idealistas da geração anterior, como alguns dos assessores de Lula hoje, que caíram no que o historiador Hugh Thomas descreveu como “o gangsterismo e a corrupção que se espalharam pelo Legislativo e o Executivo”. O governo eleito cubano anterior, do presidente Ramón Grau San Martín (1944-48), também tinha suscitado grandes esperanças, mas se revelou igualmente ruim. O Ministro da Educação de Grau chegou em Miami, depois de deixar seu cargo, carregando na mala US\$20 milhões em dinheiro vivo (aproximadamente US\$180 milhões em dinheiro de hoje).

Malas cheias de dinheiro viraram moda no Brasil. A ex-secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina Ramos Somaggio, revelou que este enviava

malas cheias de dinheiro em jatinhos particulares para serem distribuídas entre políticos em Brasília. “Às vezes mandavam tirar R\$ 1 milhão, em dinheiro, do Banco Rural”, revelou Karina. Os saques em dinheiro aconteciam, disse ela, na véspera das freqüentes reuniões de Marcos Valério, em Brasília e em São Paulo, com Delúbio e Sílvio Pereira, o secretário-geral do PT, em esquemas farsescos que lembravam criações da rede de TV Cartoon Network.

Fernanda Karina disse que a diretora financeira da agência de publicidade, Simone Vasconcellos, se queixou com ela de ter se cansado de contar e entregar dinheiro vivo a políticos em quartos de hotel em Brasília. “Em três oportunidades levei o dinheiro em espécie para Valério, duas vezes no hotel Blue Tree Park, e uma vez em um táxi que estava parado em frente a um shopping em Brasília”, Simone diria à polícia. “Ficava constrangida e preocupada em ser identificada por desconhecidos e entregando a eles altas somas sem ao menos saber quem eram.”

Outros carregamentos de dinheiro vivo foram enviados em malas a políticos em outros estados. No dia 8 de julho, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, a Polícia Federal encontrou R\$200 mil numa mala e US\$100 mil em dinheiro na cueca de um assessor do presidente da Assembleia Estadual do Ceará, irmão do presidente nacional do PT, José Genoíno, que imediatamente renunciou a seu cargo. Mais tarde a polícia deduziu que o dinheiro levado pelo “mula” era uma comissão paga por uma construtora sobre um contrato de R\$500 milhões que ela conquistara para construir uma linha de transmissão elétrica de alta voltagem financiada pelo Banco do Nordeste, uma instituição federal. Três dias mais tarde, policiais no aeroporto de Brasília detiveram João Batista Ramos da Silva, deputado do conservador Partido da Frente Liberal (PFL) e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, que tentava carregar num jatinho particular várias malas com um total de R\$10,4 milhões em dinheiro vivo. O deputado foi expulso do PFL no dia seguinte. Uma ex-assessora do PT em Londrina (PR) relatou que, pouco antes das eleições municipais de 2004, José Dirceu chegou à cidade num jatinho com R\$300.000 em notas de R\$100 para a campanha.

Ricardo Izar (PTB-SP), presidente do Conselho de Ética da Câmara, diz que as investigações das CPIs apresentam “um grande espetáculo da democracia. Se cassamos dezenas de deputados, o problema não vai se resolver. A corrupção mesma, em toda sua amplitude, grassa de fato no Poder Executivo, no governo Federal, nos governos dos Estados e dos municípios, em seus órgãos da administração direta, nas suas estatais, autarquias, sociedades de economia mista. É a chamada corrupção sistêmica, estrutural, que esfia a sociedade brasileira desde que o Brasil foi descoberto.”

Choques e reformas

Na época da Bolha dos Mares do Sul, a política britânica provavelmente não era menos corrupta do que é a política brasileira hoje. Ao mesmo tempo, a Inglaterra estava desesperada para conquistar estabilidade financeira e consolidar seu crédito, para poder pagar pelas muitas guerras que travava no século 18. A Inglaterra precisava reduzir suas taxas de juros e converter sua dívida de curto prazo em dívida de longo prazo, exatamente como o Brasil vem procurando fazer desde a crise da dívida externa da década de 1980 e os picos de hiperinflação no início da década de 1990.

Para modernizar a administração e as finanças públicas, a Inglaterra conduziu uma série de reformas feitas em partes, num processo que durou um século, de modo que a Coroa pôde contrair empréstimos enormes a juros baixos. Em *The Sineews of Power: War, Money and the English State, 1688-1783 (Os Tendões do Poder: Guerra, Dinheiro e o Estado Inglês, 1688-1783)*, John Brewer observou que “o choque da Bolha dos Mares do Sul e da dolorosa reconstrução financeira que a seguiu ajudou a garantir um alto grau de probidade financeira daquele momento em diante.”

Da mesma maneira, desde a crise da dívida externa de 1982, o Brasil já deu uma série de passos importantes para modernizar sua administração e suas finanças públicas. Entre essas medidas está a abolição da conta de movimento do Banco do Brasil, que era um motor de inflação, a fusão dos gastos monetários e fiscais em um orçamento unificado, o aumento da eficiência profissional da coleta de impostos, a criação do gabinete da Secretaria do Tesouro para administrar a dívida pública, a proibição de empréstimos ao governo por parte do Banco Central, a privatização dos bancos estatais corruptos e deficitários, a criação de uma independente Procuradoria da República e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) para detectar casos de lavagem de dinheiro e outras transações financeiras ilícitas, e a aprovação, em 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limites de gastos e de crédito em todos os escalões do governo. Essas inovações estão incompletas e devem ser levadas adiante, mas elas já tornam menos provável a volta da inflação crônica como as que foram vistas no século 20.

A descoberta da onda atual de escândalos no Brasil foi facilitada por um sistema financeiro sofisticado que rastreia com facilidade as movimentações de dinheiro. Os bancos não podem pagar cheques ao portador. Por isso os escroques foram obrigados a carregar grandes volumes de dinheiro vivo em malas e em suas cuecas. As pessoas que vão à maioria dos edifícios de escritórios nas grandes cidades brasileiras são fotografadas e registradas. Câmeras de vigilância em locais públicos, desde aeroportos até corredores de hotéis, registram os movimentos das pessoas. Assim, foi fácil rastrear as idas e vindas dos políticos, seus assessores e parentes quando faziam saques em dinheiro das contas de Marcos Valério na agência do Banco Rural situada num shopping center de Brasília.

Mas esses mecanismos só foram ativados após a descoberta dos crimes. As burocracias produziram poucos denunciadores. Os auditores do setor público vivem sobrecarregados de trabalho e devem obediência a seus senhores políticos. O consultor fiscal Gilberto Amaral comentou: “Este escândalo veio à tona não por causa do Congresso, dos auditores do Banco Central ou dos esforços da Polícia Federal. Ficamos sabendo de tudo porque um dos envolvidos no esquema de corrupção abriu o bico. Foi um acerto de contas entre bandidos.”

Esta tragédia ainda está se desenrolando, e seu desenlace ainda depende de escolhas a serem feitas. A revista *The Economist* atribuiu os problemas atuais à “ingenuidade arrogante de um partido cuja aceitação da democracia e do capitalismo foi recente demais. Vários dos assessores demitidos de Lula parecem ter levado para dentro do governo dois conceitos marxistas: que o final farisaico justifica o uso de meios reprováveis e que o partido está acima do Estado”. Dito isto, a evolução das instituições brasileiras nas décadas recentes nos dá a esperança de que esse episódio possa impulsionar outros avanços.



Rondônia, 1976 (Norman Gall)

2. Uma terra feliz

Apesar de todos esses problemas, o Brasil ainda é um país feito de aspirações. Os brasileiros se julgam segundo os critérios políticos das democracias ocidentais avançadas. Mas a visão que têm de seu próprio país oscila loucamente entre extremos de triunfalismo e desespero. Lula se queixou de que o Brasil sofre de uma “herança maldita”, referindo-se ao governo anterior, mas também a uma economia e uma sociedade cujas raízes históricas remetem à escravidão e assentamento precário. O pessimismo em relação ao Brasil convive de maneira tênue com a idéia do Brasil como terra feliz, o país do futuro, uma cornucópia de riquezas naturais e muitos talentos individuais, marcado pelo ritmo pulsante de uma música popular que chega a muitos outros países – uma potência mundial do século 21, a pátria de Pelé e único país a ter conquistado a Copa do Mundo de Futebol cinco vezes, um arquipélago continental de comunidades que falam a mesma língua e alçam a mesma bandeira, país intocado pelas grandes guerras, no qual se misturam 180 milhões de pessoas de origem africana, europeia, asiática e ameríndia, sem que ocorram grandes explosões de conflitos étnicos.

Muitas pessoas têm poucas oportunidades na vida; algumas têm muitas. O Brasil é uma terra feliz porque já teve muitas oportunidades. Apesar das distorções e injustiças que se institucionalizaram na inflação crônica, entre 1870 e cerca de 1980, o Brasil liderou todas as grandes economias em termos de seu crescimento. Desde 1980, porém, os altos índices de expansão econômica passaram a fraquejar em função de debilidades institucionais, levando ao aumento da violência urbana, crises recorrentes de dívida e a hiperinflação.

A lista das outras debilidades institucionais brasileiras é estarrecedora. No campo da educação, apenas metade dos alunos que ingressam na primeira série concluem o ensino fundamental e apenas 37% chegam ao fim do ensino médio, sendo o analfabetismo funcional comum mesmo nas séries mais elevadas. Em São

Paulo, a terceira maior metrópole mundial, com 18 milhões de habitantes, 40% de todos os chefes de família não estudaram além da quarta série do primeiro grau. Um quinto de todos os nascimentos no Brasil ocorrem entre mães adolescentes que têm entre 15 e 19 anos. De acordo com o Banco Mundial, os 20% mais ricos entre os brasileiros, incluindo a classe média, recebem 65% de toda a renda nacional, contra 2% que ficam com os 20% mais pobres. A concentração de renda é tão extrema que os 10% mais ricos levam 47% de toda a renda. Enquanto os 20% mais pobres entre os adultos têm em média apenas 3,4 anos de estudo, a dispersão do ensino entre os diferentes grupos de renda é menos chocante do que o fato de que os 20% mais ricos entre os adultos concluíram em média apenas 10,3 anos de estudo. É difícil operar uma sociedade complexa com uma elite investida de tão pouca instrução.

Apesar disso, é difícil para nós reconhecer o Brasil do passado. Em 1900 o Brasil tinha apenas 17 milhões de habitantes, 90% dos quais viviam na área rural, com uma expectativa média de vida de 31 anos e uma renda per capita de US\$678 (em dólares de 1990). Mais de 80% da população era analfabeta, contra 11% hoje, o que ainda é um índice alto. Hoje, 82% dos 180 milhões de brasileiros vivem nas cidades. A expectativa média de vida é de 71 anos e renda real per capita se multiplicou por quase dez, chegando a aproximadamente US\$6.000.

“A primeira vez que eu comi arroz...”

A pobreza da infância de Lula já virou uma lenda viva, a história de um garotinho de cinco anos com olhos brilhantes e marejados de lágrimas que, muitos anos depois, já político famoso, recordou sua meninice na cidade poeirenta de Garanhuns, no interior de Pernambuco: “Eu lembro que a primeira vez que eu comi arroz foi por um problema de doença, eu estava com dor de barriga e então minha mãe comprou remédio, quer dizer, comprou arroz. Naquele tempo, arroz na minha casa era coisa rara, não era uma coisa

normal. Se comia feijão com farinha.” Hoje esse tipo de miséria já diminuiu muito. Em 2003, 67 milhões de pensões foram distribuídas para famílias rurais, alcançando 24 milhões de pessoas, ou três quartos da população rural. A mãe de Lula, D. Lindu, era uma mulher corajosa e decidida, analfabeta por toda a vida, que deu à luz 11 filhos, quatro dos quais morreram ainda pequenos. Naquele tempo, de cada 1.000 crianças nascidas no Brasil, aproximadamente 200 morriam antes de completar cinco anos. Hoje, morrem 34. Ainda muito em relação aos países desenvolvidos mas muito menos que no passado. Quando Lula era menino, apenas 6 milhões de crianças estavam matriculadas no ensino fundamental e médio. Hoje são quase 40 milhões, embora a qualidade do ensino continue péssima.

O sistema político também se desenvolveu. Em 1872, apenas 1 milhão dos 9 milhões de brasileiros era considerado apto a votar, e apenas 20 mil votaram. De acordo com Richard Graham, “dessa forma, eleições e violência andavam juntas. Embora, em nível nacional, o resultado delas pudesse quase sempre ser previsto, as lutas pelo poder local tinham importância crucial para certos homens.” O controle dos juízes e dos caciques políticos decidia o resultado das eleições. Os perdedores freqüentemente eram perseguidos, e os vencedores ganhavam apadrinhagem e influência nos escalões hierárquicos superiores e inferiores. Em 1920, os empregos no funcionalismo federal, estadual e municipal totalizavam cerca de 200 mil, número igual ao de votos necessários para vencer a eleição presidencial de 1919. Desde 1945, o ano em que Lula nasceu, o eleitorado brasileiro já se multiplicou por 19, passando de 5,9 milhões para 119 milhões de eleitores. Mas o parasitismo fiscal se ampliou, acompanhando a ampliação do sistema político.

Hoje a economia brasileira é dez vezes maior do que era na época em que Lula era criança. Em 1950, quando tinha cinco anos de idade, a

escassez brasileira de derivados do petróleo era tão grave que até o asfalto para pavimentar as poucas rodovias do país precisou ser importado. Naquele tempo o Brasil tinha apenas 3.000 km de estradas pavimentadas, contra aproximadamente 160 mil hoje – a maioria das quais, aliás, esburacada e erodida por falta de manutenção e investimentos. O Brasil é hoje auto-suficiente em produção de petróleo e passará a exportador a partir de suas novas descobertas de petróleo e gás em campos marítimos. Com sua enorme área de terra barata e a tecnologia sofisticada da qual dispõe, o Brasil se tornou uma superpotência agrícola. O país construiu a maior e mais produtiva base industrial do hemisfério sul, com uma classe empresarial empreendedora talentosa que absorve novas tecnologias e novas técnicas de administração e marketing. Entre seus principais produtos de exportação estão aviões a jato, compressores, automóveis, ônibus e autopeças. O Brasil de hoje é um país rico e produtivo, mas ainda tem cidadãos pobres demais.

Entretanto, o Brasil é uma terra feliz porque continua a se desenvolver. Não apenas o país é a décima segunda maior economia do mundo, como é um caldeirão produtor de processos de modernização de longo prazo. Suas estatísticas sociais desanimadoras ocultam centros de excelência na vida tanto pública quanto privada. A inflação crônica entre 1980 e parte da década de 1990 induziu os bancos brasileiros ao desenvolvimento pioneiro de um sistema de pagamentos computadorizado, que se adaptou com a criação da votação e processamento de votos eletrônicos. A Receita Federal já recebe 95% das declarações dos contribuintes via Internet. Estes nexos de comunicação não param de chegar até seu interior longínquo, animados pelo sonho de expansão infinita que é peculiar às sociedades de fronteira das Américas. A mística da fronteira tomou forma numa estrutura política de organização precária, sobrevivendo atrás de barreiras de distância, cultura e leis que isolaram seu imenso interior do restante da economia mundial. O crescimento econômico de longo prazo chegou com a rápida incorporação de mão-de-obra e terra, alimentadas por uma base de recursos naturais virgens de proporções continentais. Hoje a fronteira se expande nos cerrados, que se estendem por uma savana das dimensões das Grandes Planícies dos Estados Unidos, uma região que a agricultura moderna está transformando na mais dinâmica fronteira agrícola do mundo, onde se cultiva a soja, o algodão, arroz, milho e cacau. Superando enormes dificuldades de transporte pelo interior, a produção agrícola está sendo enviada aos mercados externos através de uma nova ferrovia que vai até o porto paulista de Santos e por um novo sistema de barcas de alta tecnologia que se deslocam pelos rios Madeira e Amazonas. Essa fronteira fez do Brasil um país ambicioso. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso certa vez expressou a esperança do Brasil: “Temos uma distância grande, com relação ao mundo mais desenvolvido, mas temos algo de positivo: a aspiração de sermos iguais a ele. Isso é o que nos move, não é?”

Há três décadas eu publiquei um ensaio, “The Rise of Brazil” (*Commentary*, janeiro de 1977; *O Estado de S. Paulo*, 13 e 20 de março de 1977), no qual observei que “num período de tempo relativamente curto, o Brasil se transformou numa nova força política no hemisfério ocidental. Maior e mais importante nação tropical do mundo, aproximadamente igual ao resto da

América do Sul em suas dimensões, população e produto bruto, o Brasil se transformou na décima maior economia do mundo, uma parceira comercial importante das potências industriais e um dos mais recompensadores campos de investimento dos capitais excedentes delas.” De lá para cá o Brasil passou por várias dificuldades e transformações: uma crise da dívida externa, estagnação econômica, a transição de um governo militar para a democracia, hiperinflação, gradativa reestruturação das finanças públicas, ao longo de duas décadas, ajudando a pôr fim à inflação crônica, um aumento imenso dos gastos sociais para superar a pobreza e a injustiça, e a abertura da economia a mais comércio e investimentos. Nos últimos dez anos o Brasil conquistou a estabilidade política e econômica, confirmando o que eu acreditava três décadas atrás: que “a ascensão do Brasil proporcionou à humanidade muitos desafios, dos quais não é o menor conservar o caráter do Novo Mundo como região de esperança.”

Brasil, China, Índia, Rússia

Em 2003 o banco de investimentos Goldman Sachs de Nova York ousou ao especular que Brasil, Rússia, Índia e China, descritos conjuntamente como os BRICs, “vão se tornar uma força muito maior na economia mundial. Se as coisas derem certo, em menos de 40 anos as economias dos BRICs poderão ser maiores do que o G6 (França, Alemanha, Itália, Japão, Grã-Bretanha e Estados Unidos) em termos de dólares americanos. A grande premissa subjacente a todas essas projeções é que os BRICs conservem condições políticas favoráveis ao crescimento.”

Podemos ampliar nossa perspectiva comparando os recursos do Brasil com os da Rússia, Índia e China, as outras grandes economias ditas “emergentes”. Uma diferença clara é que a população do Brasil, concentrada numa massa terrestre geologicamente estável e em sua maior parte plana, vive menos exposta a condições climáticas extremas e desastres naturais como terremotos, furacões, tsunamis e enchentes, do que as de outros países de dimensões continentais, onde, historicamente, dezenas ou centenas de milhares de pessoas já morreram nos diferentes eventos de desastres naturais. O Brasil não sofre o tipo de tensão étnica, religiosa e lingüística que aflige a Rússia, a Índia e a China. Esses países conseguiram formar uma elite científica e tecnológica maior do que a brasileira, mas Rússia, Índia e China possuem populações rurais maiores e mais atrasadas, menos liberdade pessoal do que no Brasil. Embora seu progresso adicional sofra obstáculos na forma de suas instituições públicas perdulárias e atrasadas, o Brasil possui um sistema de distribuição amplo e eficiente de bens, alimentos e da maioria dos serviços, sistema esse que chega até os cantos mais distantes de seu imenso território.

O Brasil é o maior produtor mundial de minério de ferro. Seu programa do álcool é pioneiro na produção em grande escala de combustíveis a partir de biomassa. As grandes florestas plantadas do Brasil alimentam uma das maiores indústrias mundiais de celulose, a um dos custos mais baixos. No entanto, sua população exerce menos pressão sobre os recursos naturais do que acontece na Índia e na China. Os rios brasileiros, com seu imenso potencial de geração de energia hidrelétrica de baixo custo, contêm 13% da água doce do mundo, num planeta que, nas próximas décadas, vai enfrentar uma escassez grave de água. Em termos de volume per capita, a disponibilidade

de água doce do Brasil é quatro vezes maior que dos Estados Unidos e 20 vezes maior que a da China ou da Índia. A Índia sofre escassez endêmica de energia elétrica porque seu setor energético, politizado, é dirigido por governos estaduais que distribuem a energia de graça ou a preços tão baixos que impossibilitam o investimento na ampliação da capacidade. A falta de água aflige mais de 400 das 600 cidades da China, incluindo Pequim, sendo que 110 delas sofrem com escassez aguda. A diminuição do fluxo dos rios chineses vem reduzindo a produção das hidrelétricas. Fábricas de papel, fundições e usinas petroquímicas se ressentem da escassez de água, da qual precisam para poder operar continuamente. As secas, que eram mais comuns no norte da China, vêm se espalhando também pelo sul do país. As populações chinesa e russa estão envelhecendo em ritmo acelerado. Em função da queda na qualidade de vida verificada nas últimas duas décadas, a Rússia está perdendo população e seu índice de mortalidade vem subindo. O Brasil tem se mostrado muito mais eficaz do que Rússia, Índia ou China na tarefa de controlar a pandemia da Aids. Seus recursos energéticos são maiores e mais acessíveis do que os da Índia e China, que precisam desesperadamente de combustíveis para sustentar suas economias em rápido crescimento.

O sistema financeiro do Brasil é mais forte que os da Rússia, Índia e China. Os bancos privados brasileiros desenvolveram agilidade e novas tecnologias para se adaptarem à inflação crônica e ganharam lucros grandes investindo na dívida pública com altas taxas de juros. Num esforço doloroso e caro, o Brasil privatizou os bancos estaduais, que perderam muito dinheiro. Também vendeu bancos privados e públicos falidos na década de 90. Enquanto os bancos públicos geram apenas 35% dos empréstimos no Brasil, eles dominam as economias da Rússia, Índia e China. O gigantesco sistema bancário chinês gera 9% dos ativos financeiros do planeta, abastecido de poupança igual a 40% do PIB, o dobro da taxa de poupança no Brasil. Porém, os bancos na China são quase todos do governo, com 60% dos ativos concentrados em apenas quatro bancos estatais, enquanto no Brasil os ativos são distribuídos de maneira mais equilibrada entre bancos do governo (30%), bancos privados brasileiros (40%) e estrangeiros (25%). Na China os créditos em mora são estimados em até 60% dos ativos, enquanto no Brasil são de 5%. No entanto, a economia brasileira está sendo enfraquecida pela persistência das taxas reais de juros mais altas do mundo, beneficiando os bancos e seus aplicadores mas empobrecendo o resto do país, com dois terços do crédito bancário investido na dívida pública.

Nos últimos dez anos o Brasil pode ter tido mais sucesso no combate à corrupção do que tiveram a Rússia, Índia ou China, mas isso não significa muito. A corrupção é um problema grave nos quatro países, independentemente do nível de democracia de cada um. Elementos criminosos estão presentes nas instituições públicas. Por exemplo: dos 541 deputados no Parlamento indiano eleitos em 2004, quase um quarto já respondeu a acusações criminais. Enquanto o Brasil e a Índia desenvolveram democracias fortes, a fragmentação de seus sistemas político-partidários os enfraquece. Os políticos competem para distribuir favores entre grupos de interesses políticos, ao mesmo tempo em que deixam de lado os investimentos em capital humano e capacidade produtiva.



3. O Brasil precisa de nova estratégia

Com todos os recursos que o Brasil possui e as conquistas que já atingiu, por que a vida política do país é tão marcada pela mediocridade e a corrupção?

Como já vimos, o Brasil se desenvolveu rapidamente, mas ainda lhe falta a capacidade institucional necessária para administrar problemas de escala e complexidade que só podem ser resolvidos com eficiência por uma população instruída. A falha em desenvolver o capital humano constitui um dos legados da escravidão que está sendo superado aos poucos. Um triste aspecto dessa falha em desenvolver o capital humano é visto na resposta da classe política à crise de corrupção no governo Lula, gerando muitas denúncias mas poucas propostas de como superar essas dificuldades. Esta ausência de propostas é especialmente notável nos partidos de oposição, que parecem pensar que se beneficiaram da desgraça do PT sem produzir idéias ou soluções para os problemas institucionais que estamos abordando.

A corrupção cresce e aparece a partir das oportunidades proporcionadas pela falha em administrar a escala e a complexidade com sucesso. O brasileiro é um povo trabalhador ao qual, infelizmente, ainda falta as habilidades necessárias para administrar os sistemas complexos criados espontaneamente por uma população que se multiplicou por dez ao longo do último século, urbanizando-se em ritmo acelerado e incorporando continuamente uma gama imensa de novas tecnologias. Hoje o Brasil tem em seu território imenso pelo menos 13 cidades com pelo menos 1 milhão de habitantes cada e 32 outras que têm 500 mil habitantes ou mais. Existem ineficiências e injustiças em todas as sociedades e em todos os sistemas políticos, mas os níveis mais altos de educação tendem a reduzir essas falhas institucionais. A educação não apenas tende a reduzir a corrupção, como também fortalece a cooperação e dota as pessoas de capacidades que lhes possibilitam desenvolver outras oportunidades para si.

Cheguei ao Brasil tarde na minha vida. Renasci aqui. Acho que o Brasil terá um futuro brilhante se seus obstáculos institucionais puderem ser superados. Para ser bem sucedida, uma nova estratégia precisa mobilizar apoio ao longo de um período prolongado, sustentada por uma série de governos eleitos. Ela deve garantir credibilidade a um programa de longo prazo para o fortalecimento das instituições públicas e a realização do potencial do Brasil. Algumas dessas idéias foram propostas por Felipe González, líder democrático espanhol e membro de nosso Instituto, num seminário realizado em São Paulo em novembro passado:

Na América Latina, e especialmente no Brasil, nos falta consenso, um consenso estratégico que defina uma trajetória sustentável que perdure além das mudanças de governo, além dos mandatos constitucionais de um Legislativo ou de um presidente. Não pode ser um consenso em torno de muitas questões, pois isso seria complicado. Mas um consenso em torno de três ou quatro questões seria capaz de mobilizar os esforços de todos. Todos os países desenvolvidos têm esse tipo de consenso em torno de questões que unem as pessoas e permanecem fora da arena dos debates. Esses elementos de consenso desfrutam de um tipo de permanência que fortalece os países. Esse tipo de consenso é especialmente importante para o desenvolvimento do capital humano. O não desenvolvimento do capital humano é fonte de grande angústia. Mesmo nos países dotados de amplos recursos naturais como o petróleo, não existe possibilidade de desenvolvimento, não existe futuro, quando se deixa de lado a tarefa de alimentar o capital humano.

Um consenso de longo prazo é necessário porque levam-se décadas para consolidar avanços em áreas-chaves tais como a educação, a infra-estrutura e as reformas políticas. Para evitar a fragmentação política e a desordem, é preciso que brote um centro democrático mais forte, dotado de um programa de inovação política e de processos que seja coerente e digno de crédito. Uma aliança centrada nesse programa poderia promover e apoiar as seguintes idéias:

1. Um consenso estratégico para desenvolver educação e infra-estrutura de alta qualidade como prioridades governamentais de longo prazo, rompendo o impasse na política social que cria obstáculos aos investimentos adicionais.

2. O Congresso goza de muito poder sem muita responsabilidade. Sua responsabilidade cresceria com a exigência de ratificação pelo Senado de todas as indicações presidenciais a cargos de ministros. Hoje, no Brasil, apenas os embaixadores, presidentes e diretores do Banco Central e diretores de órgãos reguladores precisam ter suas indicações aprovadas pelo Senado. A ratificação pelo Senado garantiria um escrutínio mais apurado dos indicados políticos, inibindo tanto os escândalos quanto a rotatividade acelerada nos cargos delicados. Todos esses indicados devem ter liberdade para escolher seus próprios subordinados em nível político operacional. Os partidos participantes do pacto devem concordar em escolher profissionais qualificados para chefiar os ministérios técnicos tais como os de Minas e

Energia, Transportes, Previdência Social, Saúde, Educação e Justiça.

3. Uma reforma política ampla. Após mais de uma década de deliberações, a Comissão de Reforma Política do Congresso recentemente propôs leis que prevêm o financiamento público das campanhas eleitorais e o fortalecimento da disciplina partidária. Um sistema de eleições primárias decidiria sobre as candidaturas partidárias disputadas. Os distritos eleitorais, que hoje são estaduais e municipais, deveriam ter seu tamanho reduzido de modo a abranger unidades populacionais uniformes, tornando os legisladores responsáveis perante um corpo de eleitores específico e coerente. Sob as leis atuais, tal responsabilidade não existe. Na cidade de São Paulo, por exemplo, os 55 vereadores são eleitos por sete milhões de eleitores que escolhem entre várias centenas de candidatos que não possuem bases eleitorais claramente definidas. Para que qualquer partido pudesse ser representado no Congresso, ele teria que contar com um mínimo de 5% dos votos nacionais em pelo menos um terço dos Estados brasileiros, já previsto para as eleições de 2006.

4. O financiamento das campanhas eleitorais já foi citado muitas vezes como motivo de corrupção, tanto no Brasil quanto em outras democracias. Não existe solução única para este problema, mas algumas soluções parciais ajudariam a reduzir o nível de corrupção crônica. A Comissão de Reforma Política do Congresso propôs o financiamento público das campanhas eleitorais. Todos os partidos e candidatos deveriam divulgar suas contas na Internet, para que o sistema político pudesse se autopolicar. Além disso, o orçamento e os funcionários à disposição das autoridades eleitorais deveriam ser ampliados, para permitir uma supervisão mais eficiente das milhares de campanhas realizadas a cada dois anos.

A aprovação de reformas como essas depende de até que ponto os brasileiros terão sentido vergonha em decorrência dos escândalos recentes e quão grande é seu desespero para assegurar seu futuro de longo prazo. Como escreveu Maquiavel cinco séculos atrás:

...tais reformas nunca são efetuadas sem perigo, pois a maioria dos homens nunca adota de bom grado qualquer nova lei que tenda a mudar a constituição do Estado, a não ser que a necessidade da mudança seja claramente demonstrada; e, como tal necessidade não pode se fazer sentir sem ser acompanhada de perigo, a república pode ser destruída antes de aperfeiçoar sua constituição.

Impasse na política social

O desenvolvimento de uma estratégia para o futuro do Brasil sofre o obstáculo da “herança maldita” do impasse na política social. Obrigado a isso pela Constituição de 1988, promulgada após o fim do regime militar, o Brasil gerou um dos maiores aumentos de gastos sociais em curto prazo já empreendidos por qualquer país na história. O Brasil gasta um quarto de seu PIB em programas sociais, uma parcela maior do que é gasta por países mais ricos como Espanha, Canadá, Japão, Austrália ou Estados Unidos. Esses programas absorvem dois terços dos gastos federais, excluindo os pagamentos de juros. Entre 1987 e 2002, as transferências feitas a indivíduos aumentaram em 344%. Entretanto, esses gastos sociais tendem a não chegar até os pobres. A maioria dos pesquisadores concorda que o fim da inflação crônica, em 1994-95, fez mais pela redução da pobreza do que qualquer programa social. De acordo com um estudo de especialistas do IPEA, os gastos com programas sociais feitos desde 1995 não conseguiram reduzir a parcela de brasileiros que vivem na pobreza (54 milhões, ou 32% da população) ou pobreza extrema (22 milhões, ou 12%). As mortes de crianças com menos de cinco anos de idade estão no mesmo nível desde 1990. Ricardo Paes de Barros, do IPEA, observou com ironia: “Se todo o dinheiro gasto com políticas sociais no Brasil fosse simplesmente atirado de um helicóptero, os pobres teriam mais chances de se beneficiarem dele do que têm do jeito como ele é gasto hoje.”

Até que ponto tem sido produtivo este aumento enorme nos gastos sociais no Brasil, comparado a outros países latino-americanos? Em 2000-01, o Brasil gastou per capita em educação, saúde, seguridade social e habitação mais ou menos tanto quanto o Chile, cinco vezes mais que o Peru e a República Dominicana, três vezes mais do que a Colômbia e duas vezes mais do que o México. Entretanto, os avanços obtidos de 1990 para cá, em termos de indicadores sociais, tais como mortalidade infantil, resultados educacionais, expectativa de vida, habitação, saneamento e renda familiar não têm sido maiores do que os de países que gastam muito menos em programas sociais.

Por que esse aumento nos gastos sociais vem sendo tão pouco produtivo? De acordo com o Ministério da Fazenda, os gastos com pensões e aposentadorias, que representaram 73% de todas as transferências monetárias feitas pelo governo federal em 2002, têm um perfil regressivo, sendo a maior parte dos recursos apropriada pelas famílias mais ricas. Nos últimos dez anos o Brasil, pouco a pouco, aumentou a tributação de 24% para 37% do PIB para manter a estabilidade, chegando a um grau de taxaço equivalente ao de países muito mais ricos. De todos os impostos cobrados, 45% pagam por programas sociais, em sua maioria a Previdência, sem exercer nenhum impacto sobre a redução da pobreza ou da desigualdade. De todas as pessoas empregadas, 50% trabalham no setor informal e não são cobertas pela seguridade social. Os impostos cobrados para financiar os programas sociais improdutivos são tão onerosos (representam 35% da folha salarial) que os empregadores relutam em contratar funcionários.

O Ministério da Fazenda observou: “O Brasil constitui exceção às tendências internacionais, pelas quais uma alta carga tributária é associada a uma distribuição de renda mais igualitária. Em outras palavras, o Brasil é um país de renda per capita relativamente baixa que alcançou um nível de taxaço tão alto quanto os países ricos. Não obstante, ao contrário do que acontece nos países ricos, o Brasil não tem conseguido utilizar

seu sistema tributário e seus gastos sociais para modificar sua desigualdade extrema de renda.” As transferências de renda mínima para os pobres representaram apenas 1,7% de todas as transferências nesse ano, elevando a renda da população pobre em apenas 0,4% em média. A quinta parte mais rica da população brasileira recebe 61% do que é gasto em aposentadorias, contra 26% nos Estados Unidos. O Brasil gasta 12% de seu PIB com aposentadorias e pensões, mais do que a Grã-Bretanha, Holanda, Espanha, Japão e Estados Unidos, embora esses países tenham populações muito mais idosas.

A comparação com a Espanha é especialmente interessante. Enquanto na Espanha 45% das pensões são pagas a pessoas com mais de 70 anos de idade, no Brasil a parcela maior (40%) fica com aposentados que têm entre 40 e 60 anos. Os impostos e as transferências reduzem a desigualdade em apenas 14% no Brasil, sendo que na Europa a reduzem em 50%. Sem essas políticas de redistribuição, as desigualdades na Europa seriam quase tão grandes quanto no Brasil. Embora apenas 6,5% dos brasileiros tenham mais de 65 anos, os programas e as políticas sociais favorecem os idosos mais do que os jovens, que são privados de uma educação de qualidade decente.

De acordo com o Banco Mundial, “a previdência social é o mais importante problema fiscal isolado enfrentado hoje pelos governos federal e subnacionais no Brasil.” País de população jovem, o Brasil gasta com seus 24 milhões de aposentados e pensionistas, mais do que investe nos 50 milhões de brasileiros que estudam em suas escolas de primeiro e segundo grau e nas universidades.

A melhoria do ensino público é a via mais eficaz para promover a justiça social.

Aproximadamente 40% do dinheiro gasto com as pensões e aposentadorias dos 24 milhões de aposentados e pensionistas fica com apenas 3 milhões de funcionários públicos aposentados. Entre 1993 e 1998, o número de aposentados do setor privado que recebem aposentadorias do governo aumentou em 90%, subindo ao ritmo de 11% ao ano – um aumento sem precedentes em âmbito internacional —, enquanto a idade média de aposentadoria caiu de 54 para 49 anos. Em nenhum país adiantado as pessoas podem aposentar-se tão jovens, nem o fazem recebendo o valor total de seus salários. Quando as regras foram modificadas para limitar esse crescimento, o número de novos aposentados por invalidez mais do que dobrou entre 1999 e 2003, sintoma da corrupção que é o flagelo do sistema de previdência social. Se a tendência atual se mantiver, o déficit da Previdência vai aumentar dos 5% do PIB atuais para 10% até 2030, impossibilitando o país de fazer investimentos necessários em infraestrutura e educação. Para explicar o problema em outros termos, o déficit acumulado da seguridade social entre 1995 e 2005 chega a aproximadamente R\$1 trilhão, incluindo os juros – um valor igual ao total da dívida pública hoje.

Nenhum desses problemas de política social tem solução fácil. Todos os especialistas concordam em que os programas sociais de apoio aos muitos pobres são necessários e sustentáveis. O problema principal é que o sistema de pensões e aposentadorias põe o Brasil no caminho do suicídio coletivo, drenando do país os recursos necessários para investimentos em seu desenvolvimento futuro. Desde a aprovação da Constituição de 1988, que ampliou em muito os gastos sociais, os investimentos públicos caíram

de 4% para 1,5% do PIB, reduzidos também pela grande carga de juros da dívida pública. As soluções provavelmente serão gradativas e serão aplicadas no decorrer do tempo. Elas são simples, óbvias, amplamente discutidas, e sempre esbarram em acirrada resistência política.

1. Elevar a idade mínima da aposentadoria. Em função da melhora da saúde e do aumento de expectativa de vida da população, o problema fiscal da previdência social pode ser superado elevando-se a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e eliminando as cláusulas especiais, tais como a que permite que as mulheres se aposentem cinco anos antes dos homens.

2. O desvinculamento das aposentadorias do salário mínimo reduziria o ônus fiscal criado a cada vez que o Congresso aprova um aumento grande no salário mínimo, como fez este ano. As aposentadorias poderiam ser reajustadas pelo índice de preços ao consumidor ou seguindo as tendências dos salários médios em toda a economia.

3. Fornecer mais recursos financeiros e humanos à Previdência para ajudá-la a combater as fraudes e a corrupção. Esses recursos foram reduzidos nos últimos anos, reduzindo a capacidade investigativa da Previdência, que, em tempos anteriores, vinha gerando resultados promissores.

Educação

Pouco após a eleição de 2002 eu publiquei no *Estado de S. Paulo* um artigo intitulado “Lula, o educador”, em que expressei a seguinte esperança: “O péssimo desempenho das escolas públicas do Brasil ameaça o futuro do País. Lula, que só concluiu a quinta série da escola primária, virou símbolo de mobilidade social dos brasileiros e pode tornar-se nosso grande presidente educador. A melhoria do ensino público é a via mais eficaz para promover a justiça social”.

Não existe maneira de o Brasil administrar uma sociedade complexa com eficiência sem uma estratégia dedicada ao fortalecimento da qualidade do ensino. Para operar uma sociedade cada vez mais complexa, precisamos de mais e melhores especialistas e profissionais: engenheiros, professores, administradores, médicos, enfermeiros, policiais, operadores de máquinas e programadores de software, profissionais esses que apenas um ensino melhor será capaz de produzir. O Brasil gasta 12% de seu PIB com pensões e aposentadorias, o mesmo que é gasto por países europeus com as aposentadorias de suas populações muito mais idosas e ricas. Se os gastos com as aposentadorias pudessem ser reduzidos em apenas 1% do PIB, os gastos por aluno no ensino de primeiro e segundo grau poderiam ser aumentados em mais de 25%. Hoje o Brasil gasta apenas US\$150 por ano por cada aluno no nordeste e entre US\$400 e US\$500 no Rio de Janeiro e São Paulo. É muito difícil melhorar a qualidade das escolas e do ensino com tão pouco dinheiro.

No Brasil, em função das aposentadorias muito generosas, a pobreza tende a se concentrar nas crianças, mais do que nos idosos. As crianças têm menos oportunidades de desenvolver as capacidades que lhes possibilitarão ganhar sua vida de maneira melhor no futuro. Nos anos 1950 a Coréia do Sul era vista como um país paupérrimo, muito mais pobre do que o Brasil, mas hoje ela é um país muito mais rico do que o Brasil, que desenvolve e exporta produtos avançados que estão além da capacidade brasileira de produção. Uma das razões que explica sua maior riqueza é que ela gasta com aposentadorias e pensões apenas um quarto do que gasta com educação, enquanto que no Brasil gasta-se com as aposentadorias duas vezes mais do que se

investe na educação. Mais do que o dinheiro que a Coréia gasta com a educação, seu esforço é movido pela motivação das famílias e a atenção à qualidade e ao empenho em todos os níveis.

Nos últimos dez anos, foram feitos grandes avanços em termos de matrículas escolares, mas a baixa qualidade do ensino condena milhões de jovens a uma vida sem acesso à palavra impressa. Os estudantes brasileiros terminaram em último lugar em leitura e matemática entre os jovens de 15 anos de idade em 32 países testados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo sediado em Paris. Obtiveram resultados inferiores ao Nível 1, o mais baixo considerado aceitável, 56% dos estudantes do Brasil, 50% dos chilenos, 44% dos argentinos e mexicanos e 80% dos peruanos. Um supervisor brasileiro do exame observou que muitos estudantes daqui nem sequer conseguiam ler as perguntas. O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) do Ministério da Educação não constatou avanços no aprendizado dos alunos desde 1991. Apesar de todas essas deficiências, o Brasil é um país de aspirações. Os jovens de 15 anos brasileiros figuram em primeiro lugar entre os alunos de 31 países em seu grau de ambição ocupacional, aspirações essas que são solapadas pela baixa qualidade do ensino ao qual têm acesso. É impressionante o número dos que persistem em estudar de noite em condições muito difíceis.

No trabalho que nosso Instituto faz organizando Círculos de Leitura em escolas públicas da periferia de São Paulo, constatamos que muitas escolas sofrem com problemas crônicos de desorganização. É comum as escolas trocarem de diretor todos os anos, em alguns casos duas ou três vezes por ano. A falta endêmica de professores deixa os alunos ociosos livres para brincar e se reunir nos corredores, criando um barulho infernal que impede o estudo nas salas de aula em que há um professor presente. A maioria dos professores trabalha tanto que não consegue aprender os nomes de seus alunos; eles fazem as chamadas pelos números dos alunos. A maior parte do ensino é feito com o professor virado de costas para a classe, escrevendo na lousa para que os alunos copiem de maneira mecânica, sem qualquer explicação ou discussão. Esses padrões de comportamento são aceitos como a norma. Os pais muitas vezes se sentem impotentes, vendo seus filhos continuar analfabetos até a quinta ou sexta série. São raros os casos em que os pais exercem pressão por melhorias, porque eles têm pouco acesso às autoridades escolares. A maioria trabalha muitas horas por dia. Muitos dos pais estudaram apenas dois ou três anos em escolas rurais, então lhes é difícil avaliar como seus filhos estão aprendendo na escola. Existem algumas escolas públicas boas, mas elas formam uma pequena minoria.

O Brasil precisa de uma estratégia nova, apoiada por um consenso nacional em torno da melhora das escolas de primeiro e segundo grau. Eis algumas idéias nesse sentido:

1. Criar um corpo nacional de professores mestres, que ganhem salários equivalentes aos funcionários concursados do Banco do Brasil e que sejam escolhidos através de exames competitivos e da avaliação independente de sua prática em sala de aula. Esses professores mestres passariam por um treinamento especial, com um ou dois anos de duração, em grupos de mil professores cada, num novo Instituto Nacional de Ensino, onde eles fariam cursos intensivos de métodos de ensino de leitura, matemática, ciências e estudos sociais, buscando melhorar a qualidade do conteúdo. Em função do grande investimento público feito em seus salários altos e seu treinamento especial, esses



professores mestres normalmente não teriam direito de aposentar-se antes dos 65 anos de idade.

2. O número de professores mestres iria aumentar ao longo de alguns anos. Eles concentrariam seus esforços na melhora do ensino nas comunidades pobres, por meio de cursos especiais para professores e de avaliação contínua. Teriam o apoio de fundos para bibliotecas e de materiais de ensino especiais. Eles poderiam aconselhar as Secretarias de Educação estaduais e municipais, mas não poderiam aceitar cargos burocráticos. Seriam sujeitos a avaliação contínua e voltariam ao Instituto Nacional de Ensino a cada cinco anos para nova capacitação.

3. Criar um programa nacional de credenciamento de professores com altos padrões e prêmios salariais para os professores que se qualificarem no programa.

4. Estabelecer um programa federal para as escolas públicas em regiões metropolitanas, desenvolvendo novos métodos para melhorar a segurança nas escolas, modificando leis e regulamentos de modo a reduzir o absenteísmo entre professores e de criar incentivos financeiros para atrair professores qualificados às escolas situadas em áreas pobres.

5. Dezenas de milhares de jovens brasileiros que terminam o ensino de segundo grau e de estudantes universitários não têm condições financeiras de levar sua educação adiante. Esse talento potencial poderia ser mobilizado num programa de bolsas de estudo pelo qual, com treinamento especial, candidatos cuidadosamente selecionados poderiam lecionar em escolas de primeiro grau em comunidades pobres por um período mínimo de dois anos. Cada ano de ensino satisfatório lhes garantiria o

direito a dois anos de bolsa de estudos universitária, incluindo as despesas de alimentação, alojamento e transporte.

6. Ampliar o sistema de escolas de treinamento técnico e criar faculdades comunitárias públicas com cursos profissionalizantes de dois anos de duração para os estudantes que concluem o segundo grau.

7. A avaliação dos resultados do aprendizado é algo ao qual os sindicatos de professores e os administradores de ensino em muitos países tradicionalmente se opõem porque pode refletir mal sobre seu desempenho no trabalho. O bom desempenho deve ser recompensado. Nos anos 1990 teve início um programa ambicioso de exames dos estudantes de ensino fundamental, médio e superior. Mas não são publicados os resultados das escolas, dos professores e dos alunos individuais. Os consumidores da educação, principalmente os pais e os alunos, precisam conhecer esses resultados para fazer sua auto-avaliação e para estimular professores e escolas a seguirem os bons exemplos.

8. A queda nos índices de fertilidade nas últimas décadas vem reduzindo as pressões demográficas, criando oportunidades para se estender e melhorar a educação das crianças menores. Um corpo grande de pesquisas mostra que o ensino pré-escolar melhora o aprendizado das crianças nos anos posteriores. Na pré-escola as crianças aprendem a cooperar e adaptar-se a um ambiente de sala de aula, além de dar início a sua alfabetização. Após a pré-escola, as crianças deveriam começar na escola de primeiro grau aos 6 anos de idade, em lugar de 7 anos, como é exigido hoje.

9. Reduzir a disparidade nos recursos gastos por aluno entre escolas de primeiro e segundo grau e universidades. Em cálculos feitos pela OCDE em termos de poder de compra constante em dólar, o Brasil gasta por ano com cada aluno do ensino primário apenas um quinto e por aluno do ensino secundário, um sexto do que gasta a Grã-Bretanha, mas gasta quase 50% mais por estudante universitário por ano do que gasta a Grã-Bretanha. Poucos sabem que 40% do orçamento das universidades federais brasileiras é gasto em aposentadorias.

Infra-estrutura

Níveis avançados de educação e infra-estrutura são os dois quesitos básicos necessários para a gestão eficiente de sociedades complexas, de modo a assegurar a distribuição justa dos benefícios a custos razoáveis. São necessários especialistas altamente treinados e bem pagos para conseguir justiça e eficiência na produção e distribuição de bens públicos, tais como eletricidade e transportes, especialmente numa democracia complexa como é o Brasil, que abrange um território continental, com centenas de cidades e pontos de produção distantes entre si. A criação e administração de uma infra-estrutura moderna significa dominar questões complexas legais, financeiras, de engenharia, de regulamentação e de contabilidade, de modo a atender ao interesse público. O Brasil precisa de grandes avanços no desenvolvimento do capital humano para evitar os escândalos e o desperdício que, em lugar de melhorar as condições de vida, as degradam. Só um consenso democrático para realocar recursos pode impulsionar os investimentos e criar as estruturas regulamentais e legais que precisamos para conquistar esses avanços.

A infra-estrutura brasileira requer mais investimentos e melhor regulamentação para modernizar e ampliar as redes de transportes, comunicações, saneamento básico e fornecimento de energia elétrica. O governo estimou que, entre 2000 e 2007, seriam necessários investimentos de

US\$100 bilhões em infra-estrutura para apoiar um crescimento econômico anual de 4%. Ao deixar de investir o suficiente, tanto em obras públicas quanto em concessões de projetos a investidores privados – dadas as restrições orçamentárias – o Brasil está colocando em risco seu desenvolvimento futuro. A privatização parcial de portos, ferrovias e rodovias, além do fim do cartel dos transportes aéreos comerciais, propiciou avanços nos últimos dez anos. Mais recentemente, porém, esses avanços estancaram sob o peso das disputas políticas e ideológicas, da falta de investimento público e da ausência de parâmetros regulatórios e legais claros para a ação dos investidores privados. O presidente Fernando Henrique Cardoso lamentou:

Os buracos dificultam a vida do motorista, aumentam o consumo de combustível, desgastam os automóveis, atrasam as entregas de cargas e, e esta parte é dramática, provocam acidentes e mortes... O governo federal não tem condições de cuidar de todas as rodovias. Já está comprovado que empresas privadas podem manter parte do sistema viário. Isso já está acontecendo nas rodovias que ligam Rio de Janeiro a São Paulo, Rio de Janeiro a Teresópolis, Rio de Janeiro a Juiz de Fora, Osório a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e na ponte Rio-Niterói. Vocês que já percorreram esses trechos de carro poderão testemunhar que o pedágio pago garante estradas melhores. Vamos continuar a privatizar e a transferir trechos das estradas para os Estados.

Apesar disso, durante os oito anos do governo FHC, não foram feitas novas concessões rodoviárias a operadores privados, sendo que 98% da malha rodoviária continua nas mãos do governo. Enquanto operadoras privadas melhoraram a eficiência interna dos portos, apesar do protecionismo dos sindicatos, longas filas de caminhões com produtos de exportação provenientes de milhares de quilômetros de distância, desde a Amazônia e a região dos cerrados, passam dias esperando diante do porto de Santos, por falta de infra-estrutura e capacidade rodoviária e ferroviária. E a estabilidade do fornecimento de energia elétrica para a economia em crescimento foi posta em risco, num atoleiro legal e institucional que impede que sejam feitos novos investimentos no setor.

Custos logísticos absorvem 20% do PIB no Brasil, o dobro da parcela dos países avançados. Esses custos podem ser divididos de várias maneiras. Uma logística ineficiente implica em custos maiores de inventário e armazenagem em todos os níveis da economia. O transporte de carga em âmbito nacional é feito em grande parte por caminhoneiros em sua maioria informais, que trabalham sem regulamentação e fornecem um serviço de baixa qualidade, sofrendo o efeito de roubos de carga e excesso de capacidade, sendo que as viagens de volta, em que percorrem longas distâncias com os caminhões vazios, os impedem de auferir lucros razoáveis. As condições precárias dos 55 mil quilômetros de rodovias federais provocam atraso nas entregas e elevam em até 30% os custos do transporte rodoviário. As estradas pavimentadas são esmagadas por caminhões de peso excessivo que provocam rachaduras no asfalto, rachaduras essas que sofrem infiltração de água, que, com o tempo, deteriora a pavimentação. O Ministério dos Transportes calcula que excesso de peso entre 20% e 30% nos caminhões podem reduzir a vida útil de uma rodovia em 60%. O sistema de rodovias federais conta com 70 balanças para pesar as cargas de caminhões, mas apenas seis delas estão funcionando. A malha rodoviária federal poderia ser melhorada e mantida ao custo anual de US\$300

milhões ao longo de quatro anos, reduzindo os custos de operação de veículos em US\$500 milhões por ano, algo que, na prática, só poderá ser feito com mais concessões para a operação e manutenção privada de rodovias. O Banco Mundial estima que a solução desses problemas de transporte poderia elevar o PIB brasileiro em 2%. Em outras palavras, o crescimento econômico do Brasil poderia ter sido de 7% em lugar de 5% em 2004, gerando mais empregos e outras oportunidades.

Para resolver as deficiências e os pontos de estrangulamento infra-estruturais é preciso superar problemas legais e técnicos em áreas diferentes. Mas existem soluções institucionais possíveis que, com o tempo, poderiam pouco a pouco atender a algumas das necessidades mais urgentes:

1. Uma das carências mais urgentes é de profissionais altamente qualificados para trabalhar nas agências regulatórias que devem ter independência política. Para superar essa deficiência, o Brasil precisa criar



em Brasília um Instituto de Estudos Regulatórios que ofereça cursos de um ou dois anos de duração para engenheiros, contadores, advogados e economistas, para que obtenham os conhecimentos especializados necessários para trabalhar nas agências regulatórias. Os formandos desse Instituto devem receber salários altos, equivalentes aos dos deputados federais. Esse Instituto ajudaria a construir organismos regulatórios capazes de desenvolver e implementar regulamentos efetivos, criando e fazendo aplicar contratos de concessões e aumentando a transparência e credibilidade regulatória, apresentando definições de conceitos legais imprecisos que causam incerteza entre investidores, tais como “equilíbrio financeiro”. O Instituto também ajudaria as agências regulatórias a desenvolver critérios de contabilidade e informação, modelos financeiros e de para a fixação de tarifas e padrões de comparação de produtividade e eficiência entre concessionários no Brasil e em outros países.

2. Sem organismos regulatórios independentes de influências políticas, a melhora da qualidade dos profissionais não funcionará. Os diretores desses organismos devem ter mandatos sejam diferentes do calendário eleitoral e entre si.

3. Consolidar a regulamentação dos transportes rodoviários numa agência única que tenha a autoridade necessária para abrir novas concessões a operadores privados de portos e rodovias. Essa agência poderia operar com sucesso sob estatutos

e normas claros, contando com mecanismos de apelação rápidos e imparciais, para prevenir casos de litígios prolongados nos tribunais.

4. As privatizações no setor energético devem ser aceleradas, para evitar a corrupção e as influências políticas vindas à tona nos escândalos recentes.

5. Reativar o Fundo Rodoviário Federal e também o Fundo para o Desenvolvimento dos Transportes Urbanos (FDTU), abolidos pela Constituição de 1988, para financiar a construção e a manutenção da infra-estrutura de transportes, e disciplinar o imposto sobre a gasolina (CIDE) para investimentos em manutenção rodoviária, de onde fora desviado nos últimos anos.

6. Criar um Fundo de Investimentos Infra-estruturais, seguindo um plano mestre aprovado pelo Congresso a cada cinco anos, financiado pelo BNDES e agências internacionais de reciclagem do pagamento da dívida, sob o controle conjunto de agências de financiamento brasileiras e internacionais.

“O Brasil não merece tudo o que está acontecendo”, disse Lula em Paris, ao inaugurar o “Ano do Brasil na França”, no momento em que os escândalos se multiplicavam. “Ele merece muito mais.” Muitas pessoas concordariam com ele. Mas, para evitar que se repitam no futuro novas provações como essa pela qual o país está passando, são necessárias inovações institucionais. Ao focalizar as prioridades educacionais e infra-estruturais de longo prazo, o Brasil poderia alcançar as eficiências que nos possibilitariam avançar mais rapidamente em direção a uma gestão melhor de sua sociedade complexa, pouco a pouco resolvendo outros problemas institucionais não mencionados neste ensaio, tais como a segurança pública, a saúde, a Amazônia e o Judiciário, além da praga da corrupção. É apenas com a adoção de novas estratégias institucionais baseadas em consensos políticos amplos que o Brasil poderá superar os traumas e os fracassos que nos vêm afligindo nos últimos meses. A sociedade poderá conquistar autoconfiança apenas se investir em seu futuro em lugar de no passado, em estratégias capacitadoras, como a educação e a infra-estrutura, em lugar de no parasitismo fiscal gerado por um sistema político arcaico.

Agradecemos a colaboração de Clara Allain, Jimmy Brandon Avila e Virgínia Montesino no preparo dessa edição.